



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



KAROLAINÉ NASCIMENTO SANTOS

O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO NA ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI* DO PAPA FRANCISCO – UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA E DISCURSIVA

São Cristóvão

2024

KAROLAINÉ NASCIMENTO SANTOS

O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO NA ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI* DO PAPA FRANCISCO – UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA E DISCURSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de pesquisa: Linguagem: Identidade e Práticas Sociais.

São Cristóvão

2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Karolaine Nascimento

S237p

O processo de identificação do sujeito na encíclica *Fratelli Tutti* do Papa Francisco : uma análise ideológica e discursiva / Karolaine Nascimento Santos ; orientador Fabio Elias Verdiani Tfouni. – São Cristóvão, SE, 2024. 69 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Religião Discursos. 4. Encíclicas papais. 5. Francisco, Papa, 1936-. I. Tfouni, Fabio Elias Verdiani Tfouni, orient. II. Título.

CDU 81'42:2

BANCA DE DEFESA

KAROLAINE NASCIMENTO SANTOS

O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO NA ENCÍCLICA *FRATELLI TUTTI* DO PAPA FRANCISCO – UMA ANÁLISE IDEOLÓGICA E DISCURSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do Título de Mestra em Letras.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos

Linha de pesquisa: Linguagem: Identidade e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Taysa Mércia dos Santos Souza Damaceno

1ª Examinadora

Profa. Dra. Sônia Pinto de Albuquerque Melo

2ª Examinadora

Prof. Dr. Fábio Elias Verdiani Tfouni

Presidente da Banca Examinadora

Aos meus: Josielma, Pedro, Catia,
Catielma, Johniel, Sophia e Dora.

AGRADECIMENTOS

Um dia eu ouvir: “você não consegue”, mas a fé me trouxe até aqui. Grata a Deus por me dar sabedoria e discernimento para compreender que tudo é no seu tempo e à Nossa Senhora da Piedade por sempre interceder pelos meus sonhos. Hoje, posso dizer que de fato tudo é no tempo d’Ele. Não foi fácil chegar até aqui, não foi, mas eu sabia que no tempo de Deus aconteceria. E nesse caminhar para alcançar o tempo certo, algumas pessoas estavam presentes e merecem minha eterna gratidão.

Aos meus pais Josielma e Pedro que nunca mediram esforços para que eu e minhas irmãs tivéssemos uma formação, pois para eles é somente através dos estudos que mudaríamos a rota da nossa vida. E assim foi. Saiba que tentarei o máximo me tornar a segunda doutora da família, sonho não só meu, mas da minha amada mãe também. As minhas irmãs Catia e Catielma, sem o exemplo da persistência de vocês eu não teria dois espelhos para almejar este diploma. Ao meu amado Johniel, que nunca me deixou desistir, sempre compreendeu meus esforços e sonhou este sonho comigo. A minha pequena sobrinha Sophia, que mesmo sem entender esse sonho a sua alegria de criança coloria até os dias mais cinzas. A minha pequena Dora, se não fosse o seu companheirismo canino nas manhãs, tardes, noites e madrugadas de estudo a minha solidão foi minimizada por ter você.

Como não esquecer daqueles que passaram pelas mesmas agonias de estudo e escrita de dissertação e tese? Não poderia esquecer de agradecer a Carla, Jennifer, João Paulo e Fabiana, apesar de tudo que passamos posso dizer que: a gente conseguiu! Obrigada pela amizade e por dividir comigo cada momento de estudo, dúvidas, pesquisas, alegrias e tristezas ao longo dessa jornada.

Essa caminhada não seria completa se não tivesse os meus professores. Gratidão, em primeiro plano, ao meu orientador o professor doutor Fábio Tfouni que me orienta desde a graduação e me ensinou a paixão pela pesquisa na área da Análise de Discurso. Ao professor doutor Ronney Marcos que me orientou nas segundas correções do trabalho, deu dicas e conselhos sobre o estudo da AD. Um colega que virou amigo e sempre esteve disposto a ajudar. Saiba que sua ajuda foi essencial para esse sonho. Aos professores doutores que passou ao longo desses dois anos de mestrado e que compartilhou os seus ensinamentos fundamentais para o andamento da pesquisa.

Aos meus amigos e amigas que me deram forças e conselhos para persistir e nunca desistir. São elas: a Glenda que sempre ouviu meus choros e alegrias no caminhar desse sonho.

A Kely e a Raquel, que desde a graduação diziam para mim que fosse em busca do mestrado, pois eu seria capaz. A Camila e Bruna, amigas de infância que estavam ao meu lado em todos os momentos.

Obrigada aos colegas de trabalho da Escola Municipal Antônio Francisco de Souza por entenderem meu lado nessa caminhada, em modo particular a Luziane, Aneclei e Ana Carla que me aconselharam nos momentos de angústia durante a escrita da dissertação. Saibam que foi um alento o conselho de vocês. Ao Colégio GEPP, por compreenderem e fazerem parte desse trilhar. Aos meus diletos alunos, que gostavam de ouvir as experiências minhas vividas durante os estudos. Espero que eu tenha sido e seja espelho para vocês.

Ao discursar para os jovens papa Francisco diz que: “(...) não deixem que roubem seus sonhos. Procurem bons professores capazes de ajudá-los a compreendê-los e torná-los concretos em gradualidade e na serenidade. Sejam por sua vez bons mestres, mestres de esperança e de confiança para as novas gerações que estão no encalço de vocês. O que vocês receberam gratuitamente, coloquem de volta para circular, restitua isso enriquecido com a paixão e inteligência de vocês. A vida não é uma loteria em que apenas os sortudos podem realizar seus sonhos. (...)” “(...) tenham uma grande coragem! Não tenham medo se sonhar coisas grandes!” E, assim foi. Sonhei, busquei e conquistei! Grata ao papa Francisco, por ser o autor do meu objeto de análise e pelas belas palavras colocadas. Garanto que sua obra é de grande relevância para a comunidade acadêmica. Espero aqui ter contribuído com as pesquisas em Análise de Discurso e deste país. Aos que lerem, aproveitem. E assim finalizo com meu mais sincero obrigada!

“Todo o bem que fazemos deve ser feito pelo amor de Deus, e o mal que evitamos deve ser evitado pelo amor de Deus”.

São Francisco de Assis

“O mundo não se divide em pessoas boas e más. Todos temos luz e trevas dentro de nós. O que importa é o lado o qual decidimos agir. Isso é o que realmente somos”.

Sírius Black, Harry Potter e a Ordem da Fênix

RESUMO

Por meio dos estudos da Análise de Discurso (AD) a pesquisa analisou o processo de identificação do “bom sujeito” e “mau sujeito” a partir da encíclica *Fratelli Tutti* (2020) do papa Francisco, observando a formação ideológica e as formações discursivas e as categorias discursivas que surgissem ao longo das análises. O trabalho tem como objetivo geral: analisar a ideologia e o seu processo de identificação na visão de um tipo de sujeito específico que perpassa o discurso da encíclica *Fratelli Tutti*. Os objetivos específicos são: 1) analisar a Formação Ideológica (FI) e identificar o “bom sujeito” e o “mau sujeito”; 2) buscar na identificação o sujeito que se forma; 3) selecionar outras Formações Discursivas (FD) presentes; 4) destacar a finalidade do papa ao escrever a encíclica. Para isso, a metodologia do trabalho foi pautada no livro *Análise de Discurso Princípios e Procedimentos* de Orlandi (2015), em que o analista de discurso tem como dispositivo de análise a interpretação. O método em prática obedeceu a formatação de ordem dos capítulos da encíclica analisada. A interpretação partiu das palavras ou enunciados destacados em cada *corpus*. Durante a análise, ocorria a conversação com os conceitos da AD e com outros esclarecimentos que as palavras ou enunciados elucidavam. Esta pesquisa está embasada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso (AD), partindo das perspectivas de Michel Pêcheux, referenciadas por Orlandi (2015), além de outros teóricos da AD. Após todo estudo, concluiu-se que a carta relata um sujeito que se contra-identifica com os preceitos religiosos católicos, um “mau-sujeito”, mas através dos ensinamentos da carta este sujeito poderá vir a se identificar e se tornar um “bom sujeito”.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso religioso. Encíclica *Fratelli Tutti*. Identificação. Papa Francisco.

ABSTRACT

Through the studies of Discourse Analysis (DA), the research analyzed the process of identifying the "good subject" and "bad subject" from the encyclical *Fratelli Tutti* (2020) of Pope Francis, observing the ideological formation and the discursive formations and the discursive categories that emerged throughout the analyses. The general objective of this work is to analyze ideology and its identification process from the point of view of a specific type of subject that permeates the discourse of the encyclical *Fratelli Tutti*. The research has as its general objective: to analyze ideology and its identification process in the vision of a type of specific subject that permeates the discourse of the encyclical *Fratelli Tutti*. The specific objectives are: 1) to analyze the Ideological Formation (IF) and identify the "good subject" and the "bad subject"; 2) to search in the identification the subject that is formed; To select other Discursive Formations (FD) present; 3) to highlight the Pope's purpose when writing the encyclical; 4) To highlight the purpose of the pope in writing the encyclical. For this, the methodology of the work was based on the book *Discourse Analysis: Principles and Procedures* by Orlandi (2015), in which the discourse analyst has interpretation as an analysis device. The method in practice obeyed the order formatting of the chapters of the encyclical analyzed. The interpretation was based on the words or statements highlighted in each corpus. During the analysis, there was a conversation with the concepts of AD and with other clarifications that the words or statements elucidated. This research is based on the theoretical and methodological assumptions of Discourse Analysis (DA), based on the perspectives of Michel Pêcheux, referenced by Orlandi (2015), as well as other AD theorists. After all the study, I conclude that the letter reports a subject who is counter-identified with the Catholic religious precepts, a "bad subject", but through the teachings of the letter this subject can come to identify himself and become a "good subject".

KEY WORDS: Encyclical *Fratelli Tutti*. Identification. Pope Francis. Religious discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AD E A SUA EPISTEMOLOGIA	17
2.1 Michel Pêcheux uma construção da teoria do discurso – Disciplina de entremeio.....	17
2.2 Sujeito, Discurso e Ideologia.....	20
2.3 Principais Categorias Discursivas	27
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	334
4 TIPOS DE DISCURSO	40
4.1 Discurso Religioso.....	40
4.2 Discurso Pedagógico	41
5 ANÁLISE DO CORPUS	47
5.1 Análise: Encíclica <i>Fratelli Tutti</i>	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
Referências	66

1 INTRODUÇÃO

As encíclicas são cartas circulares que fazem parte dos documentos do magistério da Igreja Católica Apostólica Romana, redigidas pelo papa dentro do seu pontificado cuja intenção é tratar sobre um assunto, escolhido por ele, que faça parte dos ensinamentos da palavra de Deus e se estenda para problemas que o mundo esteja passando. Tais cartas são destinadas ao clero, aos religiosos católicos leigos e a sociedade como um todo. Porém, as primeiras encíclicas eram direcionadas apenas para os bispos e possuíam temas voltados somente para as doutrinas católicas. Tudo isso mudou somente no século XVIII, segundo Aquino (2018), no papado de Bento XIV, quando a encíclica foi compreendida como a maneira mais particular e natural no qual o papa exerce seu ministério.

Habitualmente, as encíclicas, conforme Silveira (2018, p. 34), são designadas com as primeiras palavras que a integram “e sua redação oficial normalmente é em latim – contudo possam a ser redigidas também oficialmente em outra língua”. Após de tantos conflitos, perseguições e mortes, no que tange à tradução da Bíblia para outras línguas, é importante destacar que outra escrita, além do latim, somente foi possível devido ao *Sacrosanctum Concilium*¹ (Sagrado Concílio), de 1963, escrito pelo papa Paulo VI, em que se autorizava a reforma litúrgica da Igreja Católica. Assim como a Bíblia, documentos e ritos litúrgicos tinham como primeira escrita o latim – língua oficial da Igreja, depois, passou a ser traduzida para outras línguas tendo, com isso, mais participações dos fiéis.

O papa Francisco, atual pontífice, redigiu três cartas até o momento. A primeira, iniciada por Bento XVI, se trata da encíclica *Lumen Fidei*, nome em latim que traduzido para o português, significa “Luz da Fé”. Divulgada em 2013, trata sobre essa virtude teológica fé. Já a segunda, *Laudato Si'* (em italiano) ou “Louvado Sejas” (em português), com o subtítulo “sobre o cuidado da casa comum”, foi publicada em 2015 e trata das questões ambientais universais. E por fim, *Fratelli Tutti* em italiano, cuja denominação em português é “Todos Irmãos”, tem como título complementar “sobre a fraternidade e a amizade social” e foi lançada em 2020. Ela trata da fraternidade e dos caminhos que a sociedade deve seguir para se obter uma amizade entre os povos do mundo.

É importante destacar que o fato de a encíclica *Lumen Fidei* estar nomeada em latim enquanto as outras estão em italiano, muito provavelmente sinaliza que o nome foi dado por Bento XVI e não por Francisco. É perceptível essa probabilidade na fala do prefeito da

¹ Disponível em: [Sacrosanctum concilium \(vatican.va\)](http://www.vatican.va).

Congregação para Doutrina da Fé – Mons. Gerhard Ludwig Müller, que disse, no dia da conferência em apresentação da carta encíclica *Lumen Fidei*:

Eis a mensagem central da carta encíclica, que retoma alguns temas queridos a Bento XVI. “Estas considerações sobre a fé — assim escreve o papa Francisco — pretendem acrescentar-se a quanto escreveu Bento XVI nas cartas encíclicas sobre a caridade e sobre a esperança. Ele já tinha quase completado uma primeira redação da carta encíclica sobre a fé. Por isto lhe estou profundamente grato e, na fraternidade de Cristo, assumo o seu precioso trabalho, acrescentando ao texto alguns contributos ulteriores”².

As colocações de apresentação da carta *Lumen Fidei* demonstram a dualidade de escritores para a encíclica. No entanto, para a construção do *corpus* desta pesquisa foram selecionadas apenas as duas encíclicas escritas exclusivamente pelo papa Francisco, *Laudato Si’* e *Fratelli Tutti*, inspiradas nas citações de São Francisco de Assis³, santo que serviu de espelho para Bergoglio, papa Francisco, na escolha do nome e legado. Porém, devido a extensão da escrita dos documentos, preferiu-se selecionar como *corpus* a ser analisado no trabalho em tela apenas a encíclica *Fratelli Tutti*, visto que a sua redação retoma em alguns pontos o texto da carta *Laudato Si’* ao tratar acerca da fraternidade, por ter sido publicada em um ano pandêmico e por ser a sua última encíclica até o atual momento.

Esta pesquisa visou a analisar o processo de identificação do “bom sujeito” e “mau sujeito” a partir da encíclica *Fratelli Tutti* (2020), observando a formação ideológica e as formações discursivas. Para tanto, parte-se do pressuposto de que a edificação do *corpus* e sua análise estão ligadas de forma íntima entre si, uma vez que “decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2015, p. 61).

Por isso, definiu-se analisar as teorias discursivas: identificação do “bom sujeito” e “mau sujeito”, nas colocações de Pêcheux, a formação ideológica e as formações discursivas da AD e as categorias discursivas que surgissem ao longo das análises. Com isso, pode-se formular, no discurso contido na carta, se o sujeito construído pela encíclica tem uma ou outra identidade supracitada, uma vez que ao destiná-la para a população mundial, reproduz-se em seu discurso a visão de um tipo de sujeito específico que seja espelho para a sociedade em geral.

² Disponível em: [Conferência à Imprensa da Carta Encíclica Lumen fidei do Papa Francisco, 5 de julho de 2013 \(vatican.va\)](https://www.vatican.va)

³ Segundo Fassini (2016), Francisco foi um jovem de família rica que possuía de uma liberdade de gastos com coisas supérfluas. No entanto, não era um homem ferino nas palavras com os outros mesmo ouvindo comentários sórdidos. Em seu interior sabia que deveria ser generoso com os homens pobres para retribuir o amor de Deus. Porém, certo dia em trabalho no seu comércio e ocupado em seus afazeres, um pobre lhe pede uma esmola suplicando através do nome de Deus, o qual nega de forma grosseira. Iluminado pela graça do divino, percebeu a tamanha indelicadeza e se tocou que teria atendido ao pedido se fosse feito em nome de um rei. Devido a essa ocasião em sua vida, desde então, propôs no seu coração jamais dizer não o que fosse suplicado em nome de Deus.

Nesse contexto, elencamos o seguinte objetivo geral e objetivos específicos:

A) Objetivo geral: Analisar a ideologia e o seu processo de identificação na visão de um tipo de sujeito específico que perpassa o discurso da encíclica *Fratelli Tutti* (2020) escrita pelo papa Francisco.

B) Objetivos específicos: 1. Analisar a Formação Ideológica (FI) identificando o “bom sujeito” e o “mau sujeito”; 2. Buscar na identificação o sujeito que se forma; 3. Selecionar outras Formações Discursivas (FD) presentes; 4. Destacar a finalidade do papa ao escrever a encíclica. Mediante os citados objetivos e por meio das análises das sequências discursivas (SDs) tendo-as como *corpus*, chegou-se aos resultados.

O objeto de análise é a carta *Fratelli Tutti* (2020), que está organizada com apenas uma introdução, oito capítulos, com tópicos, e formatada com parágrafos curtos enumerados. Na Introdução, aborda-se o porquê de ser *Fratelli Tutti* e traz à tona, inspirado em São Francisco de Assis, a fraternidade e seus desdobramentos. Além de mostrar como essa simples palavra pode apresentar em sua etimologia uma reflexão para os problemas mundiais. Nos demais capítulos, com seus tópicos, a encíclica relata sobre: o ser humano, a política, fatores do mundo, a pandemia, o medo, o amor, a amizade e outros pontos que a palavra “fraternidade” mobilizou. A encíclica *Fratelli Tutti* (2020) possui duas versões: online no site do vaticano⁴, com tradução em: árabe, bielorrusso, alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, japonês, latim, holandês, polonês, português, esloveno, ucraniano, chinês simplificado e tradicional; e a impressa em formato de livro da editora Loyola, na versão em português que iremos estudar.

Na versão *online*, podemos encontrar as referências que o documento do magistério cita ao longo da redação. Já, no livro da editora Loyola, é possível encontrar notas de rodapé que auxiliam na identificação das menções. Dessa forma, a carta revela ao seu leitor que tudo o que foi escrito é uma reiteração das homilias, das mensagens, das conferências, eventos discursados pelo papa Francisco, encíclicas escritas por ele ou por papas anteriores, bem como pensamentos de estudiosos. Desse modo, mesmo que a sociedade em geral não tenha acesso direto a leitura da encíclica em estudo, é importante frisar, como as notas de rodapé demonstram, que não é necessário ler a carta, pois todos ficam sabendo de alguma maneira sobre o que o pontífice tratou diante de um determinado assunto e quais os pontos que a encíclica está abordando.

⁴ Para acessar a encíclica online: [Fratelli tutti \(3 de outubro de 2020\) | Francisco \(vatican.va\)](https://www.vatican.va/holy_father/fratelli_tutti/2020/10/03/fratelli-tutti-3-de-outubro-de-2020.html)

Importante mencionar que a escolha das sequências discursivas (SDs) se deu apenas a partir das colocações do papa Francisco, ou seja, as citações dos outros papas ou estudiosos não foram utilizadas para análise, uma vez que a intenção é direcionar a atenção apenas a escrita do atual pontífice que, ao longo da leitura do *corpus*, mostrou pontos de regularidades no processo de identificação do sujeito. A seleção das SDs aconteceu após toda a leitura da encíclica *Fratelli Tutti* (2020) mediante separação das sequências pertinentes com o tema da pesquisa.

Vale ressaltar que houve um total de quinze recortes, cada um deles marcado com a numeração do parágrafo correspondente na encíclica e fazendo parte de diferentes capítulos com seus tópicos. Logo, as análises resultantes do trabalho possuem um caráter subjetivo possível, contendo apenas o posicionamento do autor da carta, sendo analisadas através da metodologia da Análise do Discurso Francesa (AD).

Por já ter cursado a área da Teologia direcionado a Igreja Católica Apostólica Romana, estudar o discurso religioso católico na área da AD instiga-me a buscar aprofundar os assuntos correlacionados a essas duas áreas e trazer, além desse aprofundamento teórico, a conexão dos meus estudos acerca da Análise de Discurso e a Teologia. Pretendo, no projeto de Doutorado, analisar a encíclica *Laudato Si'* e dialogar os resultados com as análises desta pesquisa. O que me levou a querer analisar a carta *Fratelli Tutti* (2020) neste momento foram as seguintes indagações: Qual a finalidade do papa ao escrever a encíclica *Fratelli Tutti*? Por que a escolha do nome *Fratelli Tutti*? Quais as Formações Discursivas (FD) presentes na encíclica? Quais Formações Ideológicas (FI) fazem parte da encíclica? Qual o tipo de sujeito pode ser identificado/construído no discurso da encíclica?

O problema deste estudo está direcionado ao discurso religioso católico e à formação ideológica que lhe atravessa no tocante à busca na identificação do “bom sujeito” e do “mau sujeito”, presente no discurso da encíclica em estudo, uma vez que todo tipo de discurso carrega em si diversos fatores de assujeitamento ideológico. Assim, o problema em tela volta-se a qual sujeito a encíclica *Fratelli Tutti* (2020) constrói em sua redação.

Após compreender o que é encíclica, do que ela trata e qual foi escolhida para a pesquisa, seguimos para o entendimento do que análise do discurso estuda para um aprofundamento melhor do processo de identificação do “bom sujeito” e “mau sujeito”. Tais conceitos, juntamente com outras definições, corrobora as análises e as conclusões desta pesquisa. Por isso, o capítulo dois mergulha na teorização da AD e suas categorias discursivas. O capítulo três destaca a metodologia do trabalho. Já o capítulo quatro está desenvolvido dois tipos de discurso que mais foi evidenciado ao longo das análises, que foram: o religioso e o

pedagógico. E, por fim, o capítulo cinco que traz as análises do corpus e logo depois as considerações finais da pesquisa aqui estudada. Voltemos agora nossos olhares para a contextualização da análise de discurso.

2 CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DA AD E A SUA EPISTEMOLOGIA

2.1 Michel Pêcheux uma construção da teoria do discurso – Disciplina de entremeio

Tendo como base todo aparato histórico e metodológico da Análise de Discurso Francesa, também chamada de AD, desenvolvemos um percurso de forma breve de como a AD de Michel Pêcheux iniciou e adentrou nos trabalhos de diversos estudiosos sobre o discurso. Caminhar por meio da história inicial é revelar como as teorias discursivas foram estabelecidas e quais linguistas seguem e aprofundam o trilhar desse caminho hoje em dia.

A teoria da análise de discurso foi proposta em 1960 pelo francês Michel Pêcheux (1938-1983), como bem coloca Brasil (2011). O estudioso era membro da *École Normale Supérieure* (ENS) de Paris e fundamentou os seus estudos da análise de discurso através dos pesquisadores Althusser e Canguilhem. A análise do discurso surge e traz consigo a discussão de pontos que defendem contra o formalismo fechado da linguagem, interrogando sobre a exterioridade e a sua negação. A linguagem dentro dessa nova teoria é refletida acerca da sua prática, no qual é conferido “valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável” (BRASIL, 2011, p. 172). O objeto aqui não vai ser a frase e sim o discurso.

As bases da análise de discurso, consoante Nascimento, Ferreira e Couto (2013), são construídas por meio de três domínios disciplinares: Linguística, Psicanálise e Marxismo. Tais disciplinas também são responsáveis pelo rompimento com o século XIX. A corrente em questão, que aborda sobre o discurso, tem interesse na língua em curso e o percurso que faz entre o sujeito, espaço, tempo e a posição social.

Desse modo, configura-se nos anos 60, de acordo com Barros (2021), os trabalhos no âmbito do discurso desenvolvido por Michel Pêcheux e seus segmentos ocorridos entre os anos de 1970 e 1980. A análise de discurso buscou, inicialmente, mudar de campo os estudos direcionados à linguagem e à ideologia, suas conexões teóricas entre o marxismo, através do materialismo histórico, bem como a linguística, mediante os pontos teóricos da enunciação e da construção de uma teoria exclusiva ligada ao discurso.

Para diferenciar a área dedicada à reflexão acerca do discurso, daquela que controla a ideia de “intervalo”, Orlandi (2002) traz a análise de discurso, no que se refere à história da linguagem e suas teorias enquanto disciplina formada “no meio de”. A noção de entremeio remete-se a locais habitados de maneira simultânea, marcados por vínculos opostos entre teorias. Tais vínculos estão voltados a de sentidos, porém, de força, tendo em vista que a forma

sujeito histórica, que também é característica nossa, exerce a função através do conhecimento e por meio da sua relação com o poder.

A análise de discurso estudada pela citada autora permanece com estudo linguístico como ambiente aberto que possui questionamentos sobre a língua, “não procurando fechá-lo seja porque se exclui da ordem do significante o que não é gramática, seja porque, ao contrário, se visa objeto total, numa forma que integre tudo iludindo-se com o desconhecimento da presença da contradição na ciência” (ORLANDI, 2002, p. 21).

Ela ainda assevera que a AD é praticada através do movimento de regiões teóricas e se estabelece entre espaços firmados pela execução da ciência positivista, que se refere à linguística e às ciências sociais. “Em suma, des-territorializa. E, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz” (ORLANDI, 2002, p. 22).

Assim, tanto o sujeito quanto a escrita da análise de discurso se alinham nessa forma de existência, nessa sua particularidade de ser configurada como uma disciplina de entremeio. Não sendo positivista, “mas nem por isso abandonando o território da reflexão a que se dá o nome da ciência, mais especificamente, no interior do que chamamos ciências humanas e sociais” (ORLANDI, 2002, p. 22).

Sendo uma das disciplinas, as quais surgem em meados dos anos 60, qualificada como entremeio, Mariani (1999), ao citar Orlandi, afirma que a AD estrutura-se “no espaço indistinto das relações entre disciplinas, relações estas que não são quaisquer umas, mas que têm sua especificidade” (p. 107). Desejando estudar sobre a natureza do método de formação entre história e linguagem, a Análise de Discurso questiona o próprio terreno das ciências sociais e viabiliza à linguística um outro espaço e uma outra maneira de conhecimento. Devido a esse motivo “é inadequado, como diz Orlandi, ‘falar da AD como interdisciplina’, pois supor uma interdisciplinaridade na AD seria desconhecer suas críticas e negar seu objeto” (MARIANI, 1999, p. 107).

Ainda em consonância com a autora que, ao fazer uma citação direta sobre as colocações de Orlandi, descreve que a análise de discurso é configurada como uma “anti-disciplina”. Esta dedica-se portanto, no entremeio estabelecendo uma ligação, revelando que não existe uma separação entre a linguagem e a sua constituição vinda de fora.

Segundo Brasil (2011), Michel Pêcheux ao publicar a obra *Análise Automática do Discurso*, em 1969, e a revista francesa *Langages*, de número 13, influencia de forma precisa

no cenário dos estudos do discurso, visto que o sujeito passa a ser o ponto principal para as discussões. Esse sujeito para análise de discurso tem que ser da linguagem, do inconsciente e que está interpelado ideologicamente. Um sujeito que seja fora do seu centro, formado e atravessado pela linguagem. É nesse aspecto que há a colaboração do materialismo, que insere a ligação da ideologia e o inconsciente, na teoria dos estudos de Michel Pêcheux, Michel Plon e Paul Henry.

Nos estudos de Caregnato e Mutti (2006), a análise de discurso (AD) está formada por diversas epistemologias, em que cada uma contribui para encaminhá-la a uma matéria de interpretação.

A AD não é uma metodologia, é uma disciplina de interpretação fundada pela intersecção de epistemologias distintas, pertencentes a áreas da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise³⁻⁴. Essa contribuição ocorreu da seguinte forma: da linguística deslocou-se a noção de fala para discurso; do materialismo histórico emergiu a teoria da ideologia; e finalmente da psicanálise veio a noção de inconsciente que a AD trabalha com o decentramento do sujeito³ (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 680).

Dentro da teoria do discurso, as definições de ideologia, inconsciente, história e língua deixam de ter os conceitos iniciais e ganham novas dimensões e definições nos espaços discursivos. Com isso, “a análise de discurso jamais seria um instrumento para a explicação simples de textos ou a aplicação modelar de uma teoria” (BRASIL, 2011, p. 173). Ainda no olhar de Brasil (2011), retomando Pêcheux, o sentido não está nítido ou óbvio, pois é necessário ponderar a opacidade da materialidade que se faz presente e logo que o sujeito não é a origem do dizer.

A análise discursiva, no que concerne a Caregnato e Mutti (2006), tem como procedimento questionar os sentidos constituídos nas muitas formas de produção, de caráter verbais ou não verbais, em que a materialidade gere sentidos que serão utilizados para interpretação. Esses materiais podem ser textos que abrangem os formatos orais ou escritos, a linguagem proveniente do corpo e imagens, um desenho ou uma fotografia.

A Análise do Discurso Francesa (AD), para Orlandi (2015), é o campo de estudo que trata do discurso, numa relação da língua com sua exterioridade. Em sua significação, a palavra discurso compreende a ideia de curso, de percurso, de movimento. É, portanto, uma palavra em movimento, prática de linguagem que, com estudo do discurso, observa-se o homem falando. A AD busca compreender a língua no mundo e suas diversas formas de significar, com homens dialogando, explicando a construção de sentidos enquanto parte de suas vidas. “O discurso é o

lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2015, p. 15).

Contudo, ao entender o homem na história, considera-se os métodos e os meios de produção da linguagem através da análise da língua que se relaciona com os sujeitos e das ocasiões em que se produz o dizer.

Um dos fundadores dos estudos sobre o discurso foi Michel Pêcheux, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia; portanto, quem segue este princípio pode afirmar uma filiação com a AD da linha francesa³ (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 680).

Como bem foi colocado pelas autoras supracitadas, Pêcheux buscou essa relação entre os conceitos presentes no discurso. No desenvolvimento dos estudos da análise de discurso aqui proposto, dentro das teorias de Michel Pêcheux, nos aprofundamos nos conceitos de sujeito, discurso, ideologia, assujeitamento, formação discursiva (FD), formação ideológica (FI), interdiscurso, identificação e forma-sujeito do discurso. Tais pontos colaboraram para um melhor entendimento da análise de discurso francesa (AD).

2.2 Sujeito, Discurso e Ideologia

Nesta seção, abordarei sobre os conceitos de sujeito, discurso e ideologia dentro dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso. É sabido que na AD o sujeito é a interpelação do indivíduo pela ideologia, a qual captura o indivíduo que deixa de ser indivíduo e passa a ser sujeito. Este, para existir, precisa da ideologia, que está presente nos discursos, os quais estão presentes na sociedade que os propaga e ao mesmo tempo tem o seu caráter ideológico. No entanto, cabe ressaltar que a ideologia somente existe devido aos sujeitos.

Os sujeitos e os sentidos, sob a ótica de Orlandi (2015), somente são constituídos devido à ideologia. O sujeito é formado a partir da interpelação do indivíduo por meio dela, uma vez que desse modo o dizer é produzido. Tendo como base a afirmativa de que as estruturas-funcionamentos são o inconsciente e a ideologia, a autora, ao de remeter aos trabalhos de Pêcheux, revela que sua qualidade normal é a de propagar no que te faz existir dentro de seu funcionamento pessoal, elaborando um “tecido de evidências ‘subjetivas’, entendendo-se ‘subjetivas’ não como ‘que afetam o sujeito’ mas, mais fortemente, como ‘nas quais se constitui o sujeito’” (ORLANDI, 2015, p. 44). Diante disso, se faz necessário um aparato teórico materialista do discurso, no qual seja possível trabalhar esse efeito de evidência dos sentidos e dos sujeitos.

Ainda em conformidade com Orlandi (2015), a evidência de sujeito tem como conceituação que o indivíduo nunca deixa de ser sujeito, com isso, exclui o fato de que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito. Essa é a contradição em que o sujeito é convidado a existir – a ideologia interpelá-lo. Já, a evidência de sentido, é aquela

que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). (ORLANDI, 2015, p. 44).

Para Pêcheux (1995) a especificidade que constitui a materialidade do sentido, encoberto por meio da sua evidência nítida para o sujeito, é formulada a partir da sua dependência daquilo que é nomeado de “o todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). A dependência respalda-se em dois pontos: o primeiro, compreende que o sentido vindo de uma palavra, hipótese, expressão e outros, não existe por si só, ao contrário, é estabelecido por meio das posições ideológicas que fazem parte do processo social histórico em que as hipóteses, palavras e expressões citadas são reproduzidas.

O outro ponto é chamado de formação discursiva em que “numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1995, p. 160). Assim, interpelação em sujeitos-falantes, que quer dizer “sujeitos de seu discurso”, ocorre nos indivíduos através das “formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Segundo Pêcheux (1995), de uma forma geral a ideologia tem como função interpelar os indivíduos em sujeitos (discursivos) que se cumpre por meio da totalidade das formações ideológicas (e sendo, de forma específica, entrelaçado nessa totalidade através do interdiscurso) e “fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitadas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

No que tange ao EGO, ou seja, ao imaginário no sujeito – local em que se integra para o sujeito a ligação imaginária com o real – não pode discernir sua subordinação, seu “assujeitamento ao *Outro*”, ou assujeitamento ao *Sujeito*, uma vez que ambos, subordinação e assujeitamento, se executam de maneira precisa no sujeito no formato autônomo. Interpelar o indivíduo em sujeito do próprio discurso se cumpre no processo de identificação junto à formação discursiva que o sujeito domine. É na identificação, instituidora da parte imaginária do sujeito, que está apoiado na circunstância de que “os elementos do interdiscurso (sob sua

dupla forma, descrita mais acima, enquanto ‘pré-construído’ e ‘processo de sustentação’) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

Ainda para o mesmo autor, o sujeito, de forma geral, é assujeitado na sua universalidade como único e “insubstituível”. Para exemplificar, ele retoma a citação de L. Althusser no tocante à ideologia religiosa que diz:

Deus tem (...) necessidade de “tornar-se” homem, o Sujeito precisa tornar-se sujeito, como para mostrar empiricamente, de forma invisível aos olhos, palpáveis às mãos (veja-se São Tomás) dos sujeitos que, se eles são sujeitos, submetidos [assujeitados] ao Sujeito, o são unicamente para voltar finalmente no dia do Julgamento Final ao seio do Senhor, como o Cristo, ou seja ao seio do Sujeito. (PÊCHEUX, 1995, p. 171).

Para Pêcheux (1995), o indício do inconsciente que se faz presente no “discurso do Outro” denomina no sujeito a presença do “Sujeito”, no qual este o encaminhe a tomar posição de forma “total consciência” e “total liberdade”, caminhos esses que levam a adotar iniciativas “responsáveis” pelos seus atos.

Em Orlandi (1987), ao citar os escritos de Althusser, revela-se um ponto fundamental quando os sujeitos são interpelados com uma identidade pessoal. Acontece que os sujeitos religiosos cristãos somente se fazem presente em grande escala devido a um Outro Sujeito que tem características de único e absoluto. Por isso, diferenciou-se o Sujeito dos sujeitos (chamados de vulgares), afirmando-se que “Deus é o Sujeito e os homens são os seus interlocutores-interpelados, os seus espelhos, os seus reflexos (não foram criados à Sua imagem?)” (ORLANDI, 1987, p. 241).

Encerrados neste quádruplo sistema de interpelação como sujeitos, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos ‘andam’, ‘andam sozinhos’ na imensa maioria dos casos, com exceção dos ‘maus sujeitos’, que provocam a intervenção deste ou daquele destacamento de aparelho (repressivo) de Estado. Mas a imensa maioria dos (bons) sujeitos anda bem ‘sozinha’, isto é, pela ideologia (cujas formas concretas são realizadas nos Aparelhos Ideológicos de Estado). Inserem-se nas práticas, regidas pelos rituais dos AIE (ALTHUSSER, 1970, p. 112).

Nesse sentido, a ideologia religiosa cristã interpela os sujeitos, submissos ao Sujeito, mas, que andam sozinhos. Porém, existe os maus sujeitos que interferem nos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e os bons sujeitos que se realizam nos AIE.

Ainda referenciando Althusser, Orlandi (1987) afirma que a interpelação do indivíduo para sujeito, que tem características livres, acontece para que ele aceite de forma espontânea a sua sujeição. Os sujeitos somente existem para e pelo fato de se alto sujeitar. É por meio disso

que se manifesta o livre arbítrio, em seus dois pontos: “sujeitos *submetidos* ao Sujeito/sujeitos *reconhecidos* pelo Sujeito” (ORLANDI, 1987, p. 242). A partir desse posicionamento é possível afirmar que a ideologia religiosa estabelece uma contradição, pois o entendimento de livre arbítrio já traz consigo a ideia de coerção. A religião concebe um controle que privilegia a observação do comportamento da ideologia dado, entre diversos pontos, o espaço referido à Palavra.

Frente ao exposto, é possível mencionar que o sujeito presente na análise da encíclica é aquele que está submerso no mundo (capitalista) cheio de obrigações, que não pensa naqueles que sofrem, mas, somente em si. Por isso, a presença, na carta, de falas como: “uma pessoa e um povo só são fecundos se souberem criativamente integrar no seu seio a abertura aos outros” (FRANCISCO, 2020, p.24). Também, “Precisamos reconhecer a tentação que nos cerca de nos desinteressar pelos outros, especialmente pelos mais frágeis” (FRANCISCO, 2020, p. 35). Além de “Pensam só em evitar problemas; não importa se um ser humano morre por sua culpa” (FRANCISCO, 2020, p.35).

Ou seja, percebe-se um sujeito que vai de encontro com o conceito de ser fraterno, mas que pode ser interpelado pela ideologia que se materializa na carta. Para isso, a ideologia da fraternidade, que faz parte do discurso religioso analisado, tende a interpelar o sujeito na busca de ser bom. Um sujeito fraterno é aquele que muda suas atitudes através dos ensinamentos que o discurso religioso da encíclica pode proporcionar. Assujeitado a essa interpelação, ele se identifica, portanto, a ser um “bom sujeito”.

Na carta, isso é perceptível nas seguintes colocações: “Convido a ultrapassar essas reações primárias, porque ‘o problema surge quando [essas dúvidas e esse medo] condicionam de tal forma o nosso modo de pensar e agir (...)’” (FRANCISCO, 2020, p. 24); “Deixemos que outros continuem a pensar na política ou na economia para os seus jogos de poder. Alimentemos o que é bom, e coloquemo-nos a serviço do bem” (FRANCISCO, 2020, p. 40).

Para melhor entendimento das formas de identificação do sujeito presente na encíclica que servirá de base para as análises explicarei, adiante, com base nas teorias de Pêcheux, como a interpelação ideológica do sujeito do discurso, por meio do processo de identificação da formação discursiva que forma o sujeito do discurso se conceitua. O imaginário no sujeito, no entanto, não consegue discernir o assujeitamento que esteja passando, sendo um “bom sujeito” ou um “mau sujeito”. A definição dos tipos de sujeito, como coloca Pêcheux (1995), e sua identificação e a contra-identificação ajudará a entender melhor o sujeito contido nas análises da carta.

Partindo-se da premissa de que os indivíduos passam pela interpelação para serem sujeitos falantes do seu discurso, Pêcheux (1995) complementa ainda que o indivíduo é interpelado em sujeito discursivo e se efetiva através da identificação da formação discursiva que domina o sujeito. A interpelação caracteriza dois pontos que constitui o sujeito do discurso. O primeiro é chamado de “sujeito da enunciação”, sujeito esse que se posiciona acerca da sua liberdade, responsabilidade e outros. Já o segundo ponto, o sujeito é nomeado de “sujeito universal, sujeito ciência ou do que se pretende como tal” (PÊCHEUX, 1995, p. 214).

Para mostrar a relação entre esses dois tipos de sujeitos, Pêcheux (1995) menciona três modalidades, a saber: a primeira é a sobreposição entre o “sujeito da enunciação” e o “sujeito universal”, ou seja, durante “tomada de posição” o sujeito concretiza o seu assujeitamento por meio do consentimento livre. Isto é, caracterizado pelo discurso do ‘bom sujeito’ que consegue refletir de uma maneira natural o Sujeito. Em suma, “o discurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos ‘em plena liberdade’” (PÊCHEUX, 1995, p. 215).

A modalidade segunda, por sua vez, designa o discurso do “mau sujeito”, em que o “sujeito da enunciação” vai de encontro ao “sujeito universal” através da “tomada de posição”, uma vez que ocorre uma separação no que se refere ao que “sujeito universal” lhe dá como pensamento. Ela está voltada à oposição, à “evidência ideológica, sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno” (PÊCHEUX, 1995, p. 215).

Conclui-se então que o sujeito, nomeado como “mau sujeito”, se põe a identificação, contra-identificação, com a formação discursiva que é colocada por meio do interdiscurso como estabelecimento do que vem de fora da sua interioridade subjetiva, “o que produz as formas filosóficas e políticas do *discurso-contra* (contradiscurso), que constitui o ponto central do humanismo (antinatureza, contranatureza etc) sob suas diversas formas teóricas e políticas, reformistas e esquerdistas” (PÊCHEUX, 1995, p. 216). Por fim, a terceira modalidade é concebida como desidentificação, ou seja, a não subjetividade da tomada de posição. Para que ela se realize é estabelecido

um *trabalho* (transformação-deslocamento) da *forma-sujeito* e não sua pura e simples *anulação*. Em outros termos, esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas “tipo novo”* (PÊCHEUX, 1995, p. 217).

Sob a ótica de Tfouni (2019), na modalidade número um o sujeito é identificado com a forma-sujeito de maneira completa, acontecendo do mesmo jeito com o seu assujeitamento. Porém, na modalidade segunda, que se volta para a contra-identificação, o sujeito já passa a interrogar sobre a ideologia, entretanto, não desassocia dela, ou seja, ainda continua inserido na mesma formação discursiva. Na terceira modalidade, por sua vez, o autor cita Grigoletto (2005) descrevendo que “há um processo na desidentificação que dá ao sujeito a possibilidade de romper com a FD à qual estava filiado para inscrever-se em outra formação discursiva” (p. 195).

O discurso, ponto fundamental de todo o estudo na análise de discurso, é definido por Gregolin (1995) como um suporte que não é concreto, mas mantém diversos textos que rodeiam uma sociedade. A responsabilidade do discurso é materializar, nas questões de figuras e temas, as organizações semio-narrativas. “Através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz? Como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?)” (GREGOLIN, 1995, p. 17).

Para trabalhar com o discurso, a AD visa a mostrar que o ele é um objeto sócio histórico, no qual a língua interfere como um pressuposto. É a partir da língua que consoante Orlandi (2015), o discurso é formado e se constitui na ideologia, ou seja, é possível notar a relação entre o discurso, a língua e a ideologia.

Ainda para a autora, o discurso possui uma regularidade e um funcionamento que se torna suscetível à aprendizagem quando não impedimos o fator “social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2015, p. 20).

A análise de discurso faz um outro recorte teórico relacionando língua e discurso. Em seu quadro teórico, nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sistematicidades linguísticas – que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo – são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso. (ORLANDI, 2015, p. 20).

Consoante Tfouni e Pereira (2016) o discurso revela a edificação de outro que parte hipoteticamente do real. Na verdade, o discurso que chega para os sujeitos é sobre o real e não a realidade em si.

A sociedade atual, para Orlandi (2015), forma o sujeito dentro de uma contradição que se contempla em deixá-lo livre e submisso ao mesmo tempo. O sujeito é livre, porém, possui uma submissão que não tem erros. É a partir disso que surge o apoio para o que se chama de

assujeitamento, haja vista que assujeitar o indivíduo em sujeito é o mesmo que o iludir em sua liberdade discursiva.

Submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito. (ORLANDI, 2015, p. 49).

Conforme Tfouni (2019) a identificação é caracterizada como um processo de assujeitamento ideológico através da existência de um ser pré-subjetivo, que atua por meio da apreensão desse ser pela linguagem formulando, assim, o sujeito. Contudo, tal processo pode ser configurado como identificação-assujeitamento. Nesse contexto, “A ideologia não se instala no sujeito sem a identificação, por isso temos chamado esse processo de identificação-assujeitamento” (TFOUNI, 2019, p. 196).

Ao falar sobre a identificação do sujeito, Tfouni (2020) aborda que não deve ficar a ilusão que é o sujeito quem escolhe. O processo de identificação é uma captura do sujeito pelo Outro, de modo que o sujeito fica alienado ao Outro. Assim, o indivíduo se assujeita pelo que o Outro diz e acaba por seguir o dito e, nessa identificação, o indivíduo passa a torna-se um sujeito.

O sujeito não nasce pronto, existe um processo de formação do sujeito do qual a identificação é parte primordial. Por isso, tanto a Análise de Discurso (AD), como a psicanálise, criticam as teorias essencialistas da subjetividade, para as quais o sujeito seria apenas um desabrochar daquilo que ele já traz desde seu nascimento. Isso poderia ser erroneamente interpretado, levando à suposição de que o sujeito é uma evidência, o que, para Pêcheux e Althusser é um problema, pois o sujeito é um efeito ideológico: “[...] a ‘evidência’ de que vocês e eu somos sujeitos – e que isso não constitua um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (PÊCHEUX, 1995 *apud* TFOUNI, 2020, p. 122).

Nas colocações de Pêcheux, sob a ótica de Caregnato e Mutti (2006), todo tipo de dizer é marcado pela ideologia. É perceptível que dentro desse íterim o sujeito deixa de ser só e passa a ser assujeitado ao meio, isto é, o assujeitamento acontece dentro do inconsciente, no momento em que o sujeito adentra ou interioriza os saberes dos meios coletivos e, a partir daí, começa a propagar aquele discurso e a representar o sentido.

Entende-se como assujeitamento em AD o “[...] movimento de interpelação dos indivíduos por uma ideologia, condição necessária para que o indivíduo se torne sujeito do seu discurso ao, livremente, submeter-se às condições de produção impostas pela ordem superior estabelecida, embora tenha ilusão de autonomia” (CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 681).

O indivíduo, na verdade, ainda em consonância com os autores supracitados, é assujeitado por uma ideologia e, com isso, acaba por se tornar um sujeito do discurso que ele esteja fazendo parte. O sujeito, por sua vez, adentra nas condições de produção exigidas no discurso achando que sua escolha fora feita de maneira livre, mas, ao contrário, essa liberdade é apenas uma mera ilusão.

Segundo Orlandi (2015) é por meio da ideologia que encontramos o envolvimento histórico e os ideais do sujeito, no qual eles constituirão a construção dos sentidos. Isso ocorre através da interpretação, pois não há interpretação sem sentido, o que compra a presença de ideologia. Entretanto, importante destacar que ela transforma o indivíduo em sujeito, servindo-a de constituição para este, e os seus sentidos fazendo com que o sujeito tenha a impressão de ser o primeiro a pronunciar o seu dizer.

2.3 Principais Categorias Discursivas

Compreende-se que na teoria da análise de discurso (AD) existem categorias do discurso que auxiliam nos processos de análise. Neste tópico iremos discorrer a respeito das seguintes categorias discursivas: formação ideológica (FI), formação discursiva (FD), memória discursiva, esquecimento nº1 e esquecimento nº2, paráfrase e polissemia. Tais categorias fazem parte do desdobramento do trabalho e não excluem a possibilidade de surgirem outras ao longo das análises.

O sentido, como bem expõe Orlandi (2015), não existe sozinho, pois precisa das posições ideológicas que fazem parte do ambiente histórico e social em que as palavras são desenvolvidas. Ou seja, as palavras produzidas geram o seu sentido a partir das formações ideológicas em que elas estejam inscritas e o sentido delas mudam conforme o posicionamento daqueles que utilizam.

Em seu livro sobre a formação ideológica e a discursiva, Brandão (2004) cita Haroche *et al.* (1971 p. 102) e afirma que

Falar-se-á de formação ideológica para cauterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir como uma força confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais” mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras (BRANDÃO, 2004, p. 47).

O discurso, para Brandão (2004), é um componente que pertence à classe da área ideológica. Desse modo, a formação discursiva, seja ela uma ou diversas relacionadas, faz parte como um dos componentes da formação ideológica. Isto é, os discursos são comandados pelas formações ideológicas.

A FD, revela Orlandi (2015), é compreendida como o que é posto em uma formação ideológica e, conforme a posição social e histórica dada, estabelece o que pode e deve ser mencionado. Assim, defini-la é também entender sobre como os sentidos são produzidos, o seu vínculo com a ideologia e oferece ao analista a oportunidade de construir métodos no funcionamento do discurso.

O discurso, segundo Orlandi (2015), se edifica dentro do seu sentido, uma vez que o dizer do sujeito está registrado em apenas uma formação discursiva e, mesmo alterando a FD, o seu sentido não muda. Nesse sentido, é possível notar que as palavras não possuem um sentido próprio, na verdade, elas procedem os seus sentidos a partir das formações discursivas em que estão inseridas.

Nesse contexto, as formações ideológicas são retratadas no discurso pelas formações discursivas. Com isso, os sentidos presentes nas formações discursivas sempre são determinados através da ideologia e não existe sentido que não seja. A ideologia formula seus efeitos capaz de materializar no discurso. Estudar o discurso revela de que forma a ideologia e a linguagem estão vinculados e como se atingem em sua relação mútua.

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem-terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. E isso define em grande parte o trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito (ORLANDI, 2015, p. 42-43).

É notório observar que as palavras iguais terão uma definição diferente a depender da FD da qual faça parte. Então, é esta que configura o significado de cada palavra, seja ela idêntica ou não. Dessa maneira, a utilização de cada palavra remete a condições de produção e formações discursivas distintas, bem como para o sentido que está presente na formação discursiva.

Ao citar Pêcheux (1988), Brasil (2011) revela que o sujeito discursivo é formado através do esquecimento daquilo que te define, ou seja, o indivíduo é interpelado em sujeito a partir do seu próprio discurso. Isso ocorre quando ele se identifica com uma formação discursiva que é dominante, uma vez que é definido pelos pré-construídos. A esse fenômeno de efeito, Pêcheux (1988) dá o nome de *Münschausen*. Todavia, a definição de formação discursiva não é de Pêcheux, pois “a expressão foi uma formulação elaborada por Michel Foucault (2004) e consta em seu livro *Arqueologia do saber*. Para Foucault, um grupo de enunciados está relacionado a um sistema de regras comuns e são determinadas historicamente” (BRASIL, 2011, p. 174).

O que Pêcheux fez, conforme Brasil (2011), foi diferenciar a significação de formação discursiva para a área da análise de discurso. O sujeito na AD é decorrente do vínculo que existe entre a ideologia e a história. Nos estudos discursivos, o sujeito se forma a partir do envolvimento com o outro, mas não cabe a ele a origem do sentido, mas, significar e ser perpassado pela incompletude.

O sentido resulta de sua inscrição em uma formação discursiva, já que uma mesma palavra varia de uma formação discursiva para outra, o sentido desliza e define a inserção do sujeito em uma FD ou em outra. Ou nas palavras de Orlandi, “a formação discursiva é a projeção da ideologia no dizer” (2012, p. 55). A FD é heterogênea no discurso, ela é sempre passível a vir a ser outra, dialoga no discurso, acomoda outras FDs. O “debate” na arena discursiva dada formação ideológica. O sujeito do discurso traz para o debate um grupo de representações individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e do assunto abordado (BRASIL, 2011, p. 174).

Como foi posto pela autora acima, o sentido procede a partir de uma formação discursiva na qual a palavra esteja inserida. Dessa forma, o sujeito, aquele que profere o dizer, acaba se configurando em uma determinada formação discursiva e, assim, revelando sua ideologia.

A formação discursiva revela-se como um local em que o dizer pode ser propagado em relação a um certo “discurso”. Isto é, “o seu universo de formulação e de sua prática, assim as palavras não têm sentido nelas mesmas, seu sentido será determinado por instâncias psíquicas, ideológicas, sociais” (BARROS, 2021, p. 70). Ou seja, entender o enunciado e como o sentido é produzido não ocorre por meio da estrutura, pois vem a partir do acontecimento.

Portanto, a definição de formação discursiva (FD) regulariza “a referência à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso” (BRANDÃO, 2004, p. 49). Nesse contexto, cabe à formação discursiva permitir que sujeitos falantes, circunscritos em um meio histórico, tenham a liberdade de aceitar ou não no tocante ao sentido que as

palavras recebem. Diante do exposto, é possível concluir que uma formação discursiva não tem de forma única uma linguagem que serve para todos, uma vez que ela é formada por diversas linguagens.

No que tange à memória discursiva, Orlandi (2015) revela que dentro do discurso traçamos suas características que nos leva ao interdiscurso. Este, por sua vez, se define como algo falado ou escrito antes em um determinado local. O interdiscurso caracteriza-se por conceder dizeres que abalam a maneira como o sujeito é significado dentro de uma situação discursiva.

É a partir desse posicionamento que a referida autora configura o conceito de memória discursiva. Isto é, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2015, p.29). Logo, a memória discursiva é compreendida mediante um discurso que já está em nosso meio social ou história, que inserimos no cotidiano sem ter a noção de onde procedeu.

Nesse ponto, observa-se a ligação com a memória discursiva de dois conceitos estudados por Pêcheux acerca da interpretação dos trabalhos de Freud, chamados por aquele de “esquecimentos” (que são próprios do discurso), aos quais nos referimos como esquecimentos nº 1 e nº 2. Conforme Pêcheux (1995), o *esquecimento nº 2* diz respeito ao fato de que todo sujeito, ao falar, escolhe dentro da formação discursiva que lhe é dominante, ou seja, na ordem dos enunciados, “formas e sequência que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*” (PÊCHEUX, 1995, p. 173). Esse *esquecimento* faz parte do sistema da enunciação, pois, quando o sujeito fala, elabora seu dizer de uma forma, mesmo com diversas outras maneiras de falar o mesmo enunciado.

Já, no *esquecimento nº 1*, entendemos de forma errônea que o que falamos parte primeiro de nós, ou seja, que somos o ponto de partida daquilo que dizemos quando, na verdade, estamos apenas retornando aos sentidos que já existem. Ao explicar sobre o *esquecimento nº 1* Pêcheux (1995) retoma a ideia de “sistema inconsciente”, visto que

apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o *esquecimento nº 1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, 1995, p. 173).

Nesse ínterim, compreende-se que “o interdiscurso é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer” (ORLANDI, 2015, p.32), isto é, a memória discursiva é acometida pelos *esquecimentos nº 1 e nº 2* nos dizeres do sujeito. Em Achard *et al.*, (1999), vê-se que a memória discursiva se configura com relação a um texto que na leitura começa a existir como acontecimento, no restabelecimento dos “implícitos”, dos “(pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos – transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (ACHARD *et al.*, 1999, p.52).

Sob a ótica de Achard *et al.* (1999), a memória discursiva busca assimilar o acontecimento, comparando a uma série matemática que se prolonga imaginando o termo que ainda está por vir percebida do início da série. Porém, o acontecimento discursivo, estimulando suspensões, “pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento” (ACHARD *et al.*, 1999, p. 52). Vale ressaltar que o acontecimento, aqui, muda e desequilibra os implícitos filiados ao sistema de regularização posto anteriormente.

Em seu trabalho, Rassi (2012) retoma os trabalhos de Pêcheux (1990) ao tratar do acontecimento e revela que ele tem um fator que se esbara entre uma atualidade e uma memória. Ou seja, a sua análise pode ser feita através da ligação entre o fato e a forma observando como ele foi entendido e propagado, como se moderniza e como ainda permanece na memória coletiva. O acontecimento é definido como a igualdade entre a memória e a atualidade, uma vez que todos os episódios passados na vida do homem deveriam ser concebidos como um acontecimento histórico, pois eles acontecem em algum lugar, em um tempo e mostram as características culturais de um povo.

Nesse sentido, o acontecimento histórico “consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo passa a ser rememorado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica” (LE GOFF, 1996 apud DELA-SILVA, 2008). Em outras palavras, o fato deve ser suficientemente significativo para ser lembrado ou ser registrado em livros, fazendo parte da história de um povo, de uma sociedade, uma comunidade, como reflexo da cultura (RASSI, 2012, p. 44).

Segundo Orlandi (2015), além de estar ligada ao acontecimento histórico, a memória discursiva também tem essa conexão com a paráfrase. Nesse sentido, cabe destacar que, ao pensar na linguagem discursiva, é complicado marcar limites precisos entre o igual e o diferente. Por isso, acreditamos que o funcionamento da linguagem em sua completude ocorre na tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos. O primeiro, refere-se ao dato de que,

em todo dizer, sempre haverá algo que se mantém, ou seja, a memória. Desse modo, os processos parafrásticos representam o voltar aos mesmos lugares do dizer, construindo outras formulações a partir de um único dizer. Já, na polissemia, o que acontece é uma mudança, uma quebra dos métodos de significação.

Brasil (2011), ao citar Orlandi (1998), configura a paráfrase como “o mesmo” e a polissemia como “o diferente”. Na paráfrase, o que ocorre é a construção dos impactos de sentido dentro da memória do dizer. A polissemia, por sua vez, faz parte da camada da ruptura, do ato de se descolar.

Enquadrada no lugar do distinto, é o ambiente no qual a língua possui a competência inventiva, em que o sujeito se move com seu registro na história e o sentido tem uma ligação com a historicidade. Os processos polissêmicos conseguem desbloquear caminhos através dos “efeitos de sentido enunciados em processos de (re)significação no contato com o simbólico nos discursos em seus funcionamentos e tipos abrindo espaço para a deriva, o deslizamento de sentido, o sentido outro” (BRASIL, 2011, p. 180).

Orlandi (2015) diz que a linguagem tem como circunstância o ser incompleto, pois nem os sujeitos, sentidos e, conseqüentemente, o discurso estão feitos e finalizados, haja vista estarem sempre em processo de construção, existindo um trabalho que não para, uma cinestesia determinada da história e do simbólico.

Faz parte do existir dos sentidos e dos sujeitos se estabelecerem na conexão tensa que há entre a polissemia e a paráfrase. Por isso, dizer-se que os sujeitos e os sentidos são sempre capazes de serem outros. Contudo, nem sempre isso acontece, visto que vai depender de como são influenciados pela língua e registrados na história, além da maneira como trabalham e estão sendo trabalhados nesse jogo entre paráfrase e polissemia.

A paráfrase é a origem do sentido, uma vez que não existe sentido sem reiterar, sem assistência no conhecer discursivo. A polissemia, por seu turno, é onde a linguagem nasce, visto que “ela é a própria condição de existência dos discursos pois se os sentidos – e os sujeitos – não fossem múltiplos, não pudessem ser outros, não haveria necessidade de dizer” (ORLANDI, 2015, p. 36). A polissemia é, enfim, a sincronia dos diferentes movimentos de sentido na igualdade do objeto simbólico.

Frente a tudo que foi exposto neste capítulo, percebe-se que a Análise de Discurso, proposta por Michel Pêcheux (1938-1983), se interessa pela linguagem para tratar sobre o discurso. Caracterizada como uma disciplina de entremeio, a AD discute sobre o sujeito que é

interpelado pela ideologia que está presente nos discursos. O trabalho em tela analisa as sequências discursivas (SDs) fazendo uso dos conceitos de: ideologia, sujeito, identificação, formação ideológica e formação discursiva.

Importante mencionar que não seriam descartados outros conceitos que pudessem surgir ao longo das análises, redirecionando, principalmente, o foco para aqueles que foram explicados neste capítulo. Vale ressaltar, ainda que as definições nortearam, no capítulo de análises, o processo de identificação do tipo de sujeito específico – “bom sujeito” e “mau sujeito”, que perpassa o discurso da encíclica estudada, a ideologia que se materializa na carta, a formação ideológica e as formações discursivas presentes. A análise discursiva feita no *corpus* selecionado vai gerar sentidos que vão ser usados para interpretação. Esta, por sua vez, é o dispositivo metodológico de análise do analista, ponto que vai ser discorrido no próximo capítulo sobre metodologia.

3 CAPÍTULO 2: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, procuramos abordar acerca da metodologia utilizada ao longo do trabalho. Dispondo da proposta metodológica de Orlandi (2015), o *corpus* foi selecionado e as sequências discursivas foram separadas. Além disso, aborda-se também como o analista de discurso deve desenvolver e se comportar diante do seu objeto analisado sempre visando à clareza do seu dispositivo de análise.

Segundo Orlandi (2015), o poder do analista em suas análises é explicitar que falamos uma língua igual, mas, em alguns pontos, o sujeito fala essa língua de uma forma diferente. O dispositivo usado pelo analista tem que ser apto de caracterizar e lidar com isso, considerando sempre a presença da ideologia e do inconsciente. Ele deve também ser capaz de esclarecer os gestos da interpretação que estão ligados aos desenvolvimentos da identificação dos sujeitos, buscando relatar a comparação que o citado sujeito tem com a sua memória.

Portanto, o analista tem que distinguir a descrição da interpretação para obter a compreensão. Com o seu dispositivo, ele procura ser independente para que a interpretação possa atingir além da fronteira do efeito de clareza da linguagem, da literalidade do sentido e da soberania do sujeito.

A partir da construção desse dispositivo de análise – a interpretação, Orlandi (2015) revela que por meio dele é possível colocar em conexão aquilo que o sujeito fala em certo ambiente com o que é propagado em outro.

Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2015, p. 57).

Ao citar Pêcheux, a autora revela que qualquer que seja o enunciado se torna possível descrever a partir da linguística tendo diversos pontos suscetíveis para interpretação. Com isso, o enunciado acaba podendo ser, ou vir a ser, outro, o qual se configura na interpretação, expressão do inconsciente e da ideologia na construção dos sentidos e dos sujeitos.

Na análise, a interpretação pode ser encontrada em dois momentos: no primeiro, a interpretação é elencada como um objeto de análise, assim, o sujeito que fala interpreta ao mesmo tempo e o analista tem o dever de descrever a interpretação do sujeito que forma o sentido contido na análise. Já, no segundo, é necessário entender que para o analista descrever a interpretação é imprescindível que ele também esteja envolvido com o ato de interpretar. Portanto, é importante colocar dispositivos teóricos que possam interferir entre o analista e os

objetos analisados, desse modo, acontece uma passagem em sua posição de sujeitos com o dispositivo de análise – a interpretação.

De acordo com Caregnato e Mutti (2006), a interpretação discursiva é conceituada como o local presente da ideologia e somente é efetivada por meio da história. A interpretação do analista produzirá um determinado sentido. Todavia, ela é sempre suscetível ao equívoco, uma vez que mesmo transpareça ser clara, o que de fato acontece são as muitas e contrárias definições que encaminham a sentidos não tão óbvios como aparenta ser.

A interpretação do discurso “é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico. [...] A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história. [...] Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade”. [...] O gesto de interpretação é assumido, sendo um gesto simbólico que dá sentido fazendo a significação. “Não há sentido sem interpretação”, portanto deverá sempre existir uma interpretação para dar visibilidade ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir no seu discurso (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 681-682).

A interpretação, no posicionamento de Orlandi (2007), quando é posta como dispositivo de análise do analista e o gesto do sujeito que fala, acaba por nos apresentar um lugar deveras importante para observar os desdobramentos de produção dos sentidos e a formação dos sujeitos. Nota-se que interpretação tem como característica fazer parte do sujeito e do sentido. Ela

é constitutiva da língua (não havendo metalinguagem), aqui juntamos que a interpretação é constitutiva do sujeito e do sentido. Não estamos dizendo, com isso, que o sujeito é interpretável ou o sentido é interpretável; estamos dizendo que a interpretação os constitui, ou seja, que a interpretação faz sujeito, a interpretação faz sentido (ORLANDI, 2007, p. 83).

O dispositivo de análise ao ser construído muda a posição do leitor para o ambiente formulado pelo analista de discurso. Ambiente este que revela o estado do ser cientista e as diversas leituras que se pode propagar. “Nesse lugar, ele não reflete, mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo” (ORLANDI, 2015, p. 59). Assim, o analista consegue ter o poder de descrever de forma expositiva e teorizar os resultados da interpretação.

O dispositivo de análise utilizado pelo analista precisa se relacionar com os caminhos da interpretação.

O que se espera do dispositivo do analista é que ela lhe permita trabalhar não numa posição neutra, mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito

metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia (ORLANDI, 2015, p. 59).

Ainda consoante a autora, o analista de discurso trabalha nos limites da interpretação, pois investiga a teorização e a descrição dos resultados da interpretação. Ele se põe dentro da ideologia, do simbólico ou da história. O dispositivo teórico dele se encaminha a não sofrer influência dos efeitos de evidência que a linguagem produz, mas busca se aproveitar delas por meio da teoria.

No que concerne à Orlandi (2015), para que haja análise de discurso é sempre necessária a intervenção teórica, dedicando-se ao intervalo entre a execução de descrever e interpretar que estabelece no qual as ambas – descrição e interpretação, fazem parte do desenvolvimento de compreensão de quem analisa. É dessa forma que a linguagem é “encarada” pelo analista do discurso.

Ao partir de todo esse apontamento o analista de discurso encaminha-se para a construção do seu dispositivo de análise, que vai formar o *corpus* da pesquisa que esteja fazendo. Para tanto, torna-se imperativo selecionar o *corpus* conforme as teorias às quais sua pesquisa esteja veiculada.

No tocante à escolha do *corpus*, Pêcheux (1997) pondera que, a ocorrência da análise e a escolha do objeto a ser analisado vem a partir do desejo do analista. A explicação disso parece ser uma das condições de existir de uma prática semiológica científica. O que dificulta as metodologias voltadas à construção do *corpus*, acha aqui seu ponto inicial. No entanto, caso o objeto da análise não esteja definido como um fator que faz parte de um processo em que é necessário edificar a estrutura, o objeto em questão fica sendo o objeto de desejo, resultando em duas decorrências: “a primeira é a de que a constituição do objeto depende daquilo que, no espírito do analista, o leva a colocá-lo; a segunda é a de que o analista finge encontrá-lo como um dado natural, o que o livra de sua responsabilidade” (PÊCHEUX, 1997, p.68).

Importante mencionar que o analista não tem um manual que conceitue o que faz parte ou não ao *corpus*, assim, “em presença de um texto jurídico ou científico, esta dificuldade não parece se colocar, na medida em que existe, nesse caso, uma instituição (científica, jurídica, etc.) à qual podem-se referir os textos” (PÊCHEUX, 1997, p. 68). É possível, portanto, marcar o que difere a análise documental, realizada dentro de uma referência institucional com finalidades que respondem de maneira geral aos da instituição, e a análise que recebe o nome de “não-institucional”.

Além disso, a edificação do *corpus* está ligada com a análise, pois ao delimitá-lo, fazemos o mesmo com as propriedades discursivas dele. Dessa maneira, para melhor compô-lo, é necessário “construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão” (ORLANDI, 2015, p. 61).

Com isso, a análise resulta no início desse processo de encontro do *corpus*, no qual se organiza pelo interior da teoria, auxiliando o analista com o seu objeto, com os sentidos, consigo mesmo e com a interpretação. Nesse sentido, o analista tem que caminhar para a construção de uma análise o menos subjetiva possível.

Consoante Marques (2011), para separar e estruturar o *corpus* é necessária a utilização do recorte. Este, refere-se a uma parte discursiva compreendida como fragmentos que tem a linguagem e a situação relacionados. Cada texto é composto por recortes com discursos que se igualam e se diferenciam dentro do próprio corpo textual. O recorte não é o total do discurso presente no texto, mas, o “fragmento da situação discursiva e a análise empreendida efetua-se por meio de seleção dessas unidades extraídas do corpus, ou mesmo de recortes (...), observados os objetivos da pesquisa” (MARQUES, 2011, p. 62).

No tange à Caregnato e Mutti (2006), o assunto tratado no texto não é trabalhado na análise de discurso (AD), mas sim o sentido produzido que o texto possui. O corpus da AD é composto através da formulação: da ideologia que se soma com a história e, esta, com a linguagem. A primeira, compreendida quando um sujeito se filia a um discurso e a sua posição se torna a representação desse discurso. Já, a história, retrata o cenário sócio-histórico e, por último, a linguagem, que é do texto o material gerador de caminhos que levam aos sentidos dados pelo sujeito.

O *corpus* e a análise possuem uma ligação desde a sua construção. Orlandi (2015) assevera que, quando o analista seleciona as partes do *corpus*, já está escolhendo as propriedades discursivas de sua análise. Para melhor construção dele é ideal que, ao construir as partes discursivas, sigam critérios das teorias da análise de discurso, observando os objetivos da análise para que, com isso, se chegue à compreensão. Vale mencionar que os objetivos da análise, a metodologia e os procedimentos visam a revelar os sentidos (e seus efeitos) funcionando em um discurso sendo produzido.

Segundo Orlandi (2015), a análise é elaborada primeiro pela determinação do *corpus* e sua organização se dá por meio da natureza do material e também do questionamento em que

esteja organizado. Por isso, a teoria é necessária para se impor e guiar a relação do analista de discurso com o seu objeto trabalhado, com seus sentidos e com a interpretação.

Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise, mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. Por isso o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do corpus, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes (ORLANDI, 2015, p. 62).

Com a finalização da análise é possível, para Orlandi (2015), saber a posição da capacidade crítica daquele que pesquisa através das competências do uso das teorias e da explanação desenvolvida na análise, contando, portanto, com a maneira de escrita para interpretar os desfechos provenientes do entendimento do discurso que fora analisado.

Para a construção da análise, o analista passa primeiro pela superfície linguística (o próprio material coletado) e pelo objeto discursivo conceituando, como o *corpus* que já possui, o primeiro passo feito pela análise superficial, realizado em uma primeira fase, através do analista e que agora já está de-superficializado. A de-superficialização consiste “naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza” (ORLANDI, 2015, p. 63).

A partir da primeira parte da análise, começa-se a trabalhar no sentido de desalinhar os efeitos vindo dessa ilusão. O que ocorre é a construção, por meio do material coletado inicial, de um objeto discursivo no qual é analisado o que o discurso diz e também o que é dito em outros discursos, de outras formas, influenciado por diversas memórias discursivas.

Orlandi (2015) ressalta também que o objeto discursivo não é entregue, ele depende de um trabalho do analista e, para que seja encontrado, é necessário, em um primeiro ponto de análise, mudar a superfície linguística, que seria o *corpus* bruto, para um objeto que seja embasado na teoria, ou seja, “um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de ‘realidade’ do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas” (ORLANDI, 2015, p.64).

Neste trabalho é o que ocorre na construção da análise, uma vez que a encíclica *Fratelli Tutti* (2020) por completo é a superfície linguística e, o objeto discursivo, o *corpus*, são as sequências discursivas (SDs) aqui selecionadas da encíclica em estudo para análise. Então, não

há a análise da encíclica completa aqui, mas, partes fundamentais que conversem com as teorias da pesquisa e encaminham para os objetivos geral e específicos.

Para colocar em prática método da Análise do Discurso as análises ocorreram da seguinte forma: obedecendo a ordem dos capítulos já escritos na encíclica, foi analisada apenas os parágrafos selecionados, em primeira via, o parágrafo 27 e em diante 32, 41, 64, 65,77, 113, 162, 166, 189, 209, 221, 241, 266 e 274. Essa seleção partiu do ponto de que estas tinham colocações que respondiam aos objetivos, a ideia central da pesquisa e os diálogos em certos momentos que os parágrafos têm entre si. A interpretação partiu das palavras ou enunciados destacados em cada *corpus*. Durante a análise, ocorria a conversação com os conceitos da AD e com outros esclarecimentos que as palavras ou enunciados elucidavam. Após cada análise, observava o que se poderia concluir com relação à pesquisa, para que ao final de todas análises alcançasse a conclusão deste trabalho.

Por seu turno, a seleção de cada SD se deu a partir do assunto que abrangia, sem que houvesse citações e com a menor quantidade possível de passagens bíblicas. Isso, porque “a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise” (ORLANDI, 2015, p.65). Finalmente, para complementar com os estudos, selecionamos no capítulo 4 dois tipos de discursos: discurso pedagógico e discurso religioso, a serem aprofundados, bem como as teorias refletidas ao longo das análises.

4 CAPÍTULO 3: TIPOS DE DISCURSO

4.1 Discurso Religioso

Neste tópico, serão abordados os desdobramentos sobre o discurso religioso (DR), mais especificamente o católico, haja vista nosso *corpus* se tratar de uma encíclica que faz parte do catolicismo romano. Nesse contexto, apresentar-se-á a definição para esse tipo de discurso e como ele está presente na vida do sujeito interpelado pela ideologia discursiva.

Ao relacionar discurso com a religião e elencar sua definição, Orlandi (1987) escreve que no meio discursivo o espaço da religião pode ser visto na superioridade do silêncio de Deus, como um local em que o homem consegue se completar com palavras que demarcam o que podemos titular que seja a sua “vida espiritual”.

Ao contemplar o discurso religioso adentraremos em um universo de poder polêmico em vários aspectos. Segundo Nascimento (1993), referenciando Fiorin (1976), o discurso religioso opera sobre a dimensão cognitiva, exercendo um fazer persuasivo, que propõe ao homem (destinatário) a execução de um programa narrativo, ou seja, propõe um dever-fazer. É o discurso do fazer-dever-fazer. Nesse sentido, o discurso religioso trabalha com o raciocínio de um povo encaminhando-os sempre à obediência ao que foi dito pela religião. Vale ressaltar que esta é uma das características que esse discurso possui, além do poder, da transmissão da verdade pura e do assujeitamento.

Dissertando acerca do conceito do discurso religioso, Orlandi (1987) cita Althusser (1974) e retoma seu exemplo sobre a estrutura que estabelece qualquer ideologia, inclusive a religiosa cristã. Na ocasião, formulou-se um discurso ilusório religioso que serve de exemplo para atuar como um “dicionário” voltado ao discurso. Entretanto, o que é mais importante e central é a ideia de “*sujeito*”, em que configuram dois pontos reunidos que apoiam seu posicionamento na análise do “dicionário”, a saber: no tocante ao ponto um, só existe prática através e sob uma ideologia; quanto ao ponto dois, só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos. Cabe destacar que a existência dessa grandeza de sujeitos religiosos somente acontece devido ao existir de um “Outro Sujeito”, que é único e supremo. Dessa maneira, os sujeitos religiosos só existem devido ao “Outro Sujeito” – Deus.

(...) pensando essa relação de sujeitos e Sujeito, vamos caracterizar *o discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus* (ORLANDI, 1987, p. 242-243).

No que concerne aos “sujeitos”, escritos com s minúsculo, e “Sujeitos”, com S maiúsculo, Althusser (1970) caracteriza Deus como Sujeito único e absoluto para diferenciar de sujeitos – vulgares, sem maiúscula, e teoriza a ideologia religiosa cristã. Ele começa com uma passagem bíblica em que Cristo, em nome de Deus, se dirige a Pedro.

Nesse ponto é possível ponderar que a ideologia religiosa se volta aos indivíduos para que sejam transformados em sujeitos, interpelando o indivíduo bíblico Pedro, fazendo dele um sujeito, que possa ser livre na obediência ou na desobediência dentro das regras postas por Deus. “Se ela os chama pelo seu Nome, reconhecendo assim que eles são sempre-já interpelados com sujeitos, com uma *identidade pessoal*” (p.107).

Assim, depreende-se que o processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos presume a existência de Outro Sujeito, caracterizado como sem igual e central, “em Nome de quem a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1970, p. 108). Isso tudo está devidamente escrito na nomeada Escritura.

Para Carmo, Melo e Melian (2022), o discurso religioso é autoritário, uma vez que o vínculo entre os interlocutores tem questões que se encaminham para monossêmico. Assim, quanto à construção de sentidos, eles são orientados para a formação de sentidos que sejam homogêneos, resultando na imparcialidade. Esse vínculo entre os interlocutores se dá “sempre de ‘cima para baixo’, há uma hierarquia entre locutores – dominador – e ouvinte – dominado” (CARMO, MELO E MELIAN, 2022, p. 6). Desse modo, percebe-se que a reversibilidade não acontece no discurso religioso em seu funcionamento visto que entre os interlocutores não ocorre a mudança de papéis durante a interação entre as partes.

Carmo, Melo e Melian (2022) exprimem que dentro do discurso religioso, no plano espiritual no qual está, Deus é posto como o sujeito “universal/dominante”, já os homens, que fazem parte do plano material, são tidos como os sujeitos “dominados”. Nesse ínterim evidencia-se o discurso autoritário, pois ocorre entre os interlocutores um vínculo divergente, no qual há ouvintes efêmeros e um locutor todo-poderoso. Frente ao exposto, é perceptível que a reprodução não ocorre de forma completamente emancipada, uma vez que a religião confere ao homem esse lugar outro.

No discurso religioso, os sujeitos se submetem ao Sujeito acarretando um processo de reconhecer um no outro. Isto é, indivíduos interpelados em sujeitos em prol de um Sujeito.

O que significa que toda a ideologia é *centrada*, que o Sujeito Absoluto ocupa o lugar único do Centro, e interpela à sua volta a infinidade dos indivíduos como sujeitos, numa dupla relação especular tal que submete os sujeitos ao

Sujeito, embora dando-lhes, no Sujeito em que qualquer sujeito pode contemplar a sua própria imagem (presente e futura) a *garantia* de que é efetivamente deles e Dele que se trata, e que, dado que tudo se passa em Família (a Sagrada Família: a Família é por essência sagrada), “Entre todos, Deus reconhecerá os seus”, isto é, os que tiverem reconhecidos Deus e se reconhecerem nele, esses serão salvos (ALTHUSSER, 1970, p. 110 a 111).

Devemos lembrar que ser representante, no discurso religioso, é “estar no lugar de”, não é estar no “lugar próprio”. Ser representante é falar do lugar de Deus comunicando suas palavras. Aqui, “o representante não se confunde com Deus, visto que o modo de apropriação da voz divina se dá entre regras rigorosamente precisas reguladas ‘pelo texto *sagrado*, pela Igreja, pelas *cerimônias*’” (CARMO, MELO E MELIAN, 2022, p. 7).

É no silêncio discursivo da religião que a voz de Deus se faz presente. O silêncio divino é grandioso e isto funciona na religião, pois Deus tem o lugar nessa grandiosidade em que o homem põe o seu falar, isto é, a sua fala espiritual. Na verdade, é por causa do silêncio que a voz de Deus pode ser compreendida pelo sujeito. É apenas por meio dele que a voz poderá ser enunciada pelo homem, voz esta que não lhe cabe, mas é instituída pela religião.

Consoante Orlandi (2007), ao estudar as formas de silêncio, ocorre uma correção no conceito de discurso religioso enquanto “aquele em que fala a voz de Deus” (p. 28). Para um teólogo, a definição pode ser condizente, mas, para o analista do discurso, ela não é, haja vista o que se realiza na religião ser “a onipotência do silêncio divino. Mais particularmente, isso quer dizer que, na ordem do discurso religioso, Deus é o lugar da onipotência do silêncio” (ORLANDI, 2007, p.28). O ser humano necessita do ambiente, do silêncio, para que, assim, coloque a sua fala particular que é a sua espiritualidade.

No discurso religioso, segundo Orlandi (2007), a religião é importante, não é somente o mesmo sempre-homem que está a falar. O relevante aqui é que a religião estabelece um outro lugar e, portanto, dá um estatuto (configurado em sentido) que difere a essa fala. Tal distinção em que o homem não é indistinto. “Assim, reformulando a definição que havia proposto, eu diria agora que no discurso religioso, em seu silêncio, ‘o homem faz falar a voz de Deus’” (ORLANDI, 2007, p.28).

Nascimento, Ferreira e Couto (2013), ao citarem Orlandi (2003), propõem-no como um discurso que não mostra autonomia nenhuma, ou seja, aquele que representa a voz de Deus não pode em hipótese nenhuma alterá-la. Conforme essa voz é representada, ocorre a distância entre o dizer de Deus e o dizer do homem em uma assimetria básica que revela a relação entre aquele que fala e aquele que escuta dentro do discurso religioso, havendo distanciamento entre os planos.

A obscuridade da significação, que é caracterizada como desejada e impossível, abre a possibilidade de diversas interpretações das palavras. “No cristianismo institucional, a interpretação própria é da Igreja, o texto próprio é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o lugar próprio para a palavra de Deus é determinado segundo as diferentes cerimônias” (NASCIMENTO, FERREIRA E COUTO, 2013, p. 3 a 4).

Os planos também possuem assimetria que são formados por duas ordens, o mundo temporal e o mundo espiritual. Em consonância com essa assimetria, aquele que interpreta no âmbito temporal, que possui uma ligação com o sagrado dentro do catolicismo, por exemplo, são aqueles que representam a Igreja: padres, bispos e papa. Já, na ordem espiritual, o vínculo ocorre por meio dos mediadores: os Santos e Nossa Senhora.

Da assimetria descrita acima vão existir outras, pois, a “desigualdade imortalidade/mortalidade instala, para os homens, a relação vida/morte e dessa relação nasce a necessidade de salvação para a vida eterna” (ORLANDI, 1987, p. 243). O que leva o caminho para ser salvo é a fé. Logo, a assimetria tem como característica a propensão para a não-reversibilidade, uma vez que o lugar do locutor não pode ser ocupado pelo homem já que esse lugar pertence apenas a Deus. Assim, “essa relação de interlocução, que constitui o discurso religioso, é dada e fixada, segundo a assimetria” (ORLANDI, 1987, p. 244).

Frente ao exposto, nas análises deste trabalho as sequências discursivas (SD) fazem parte do plano temporal e a voz de Deus tem como representante o papa Francisco que é o autor da carta. A encíclica *Fratelli Tutti* é interpretada no plano temporal fazendo ligação com o plano espiritual. Tal conexão é feita pelo seu autor que é a autoridade/representante maior da Igreja Católica – que é a voz de Deus. A autoridade/representante do catolicismo também tem um papel de educador em suas colocações. Nesse sentido, apresenta ligação com o discurso pedagógico, pois educa seus fiéis em direção a um propósito religioso. É o que o documento do magistério, a encíclica, aborda – uma conexão do discurso religioso com o discurso pedagógico para transmitir aos fiéis/leigos que lerem a carta. Diante desse contexto, é pertinente tratar, como faremos em seguida, do discurso pedagógico.

4.2 Discurso Pedagógico

Partindo-se do entendimento de que o discurso religioso encaminha para o discurso pedagógico (DP), abordamos no tópico em questão os conceitos e características do discurso pedagógico dentro dos pressupostos teóricos da análise de discurso. Ele contribui para as

análises, uma vez que é a partir dele que alguém ensina para outro sobre determinado assunto com o escopo de obter adesão. A encíclica, material para análise, ensina aos seus leitores quais caminhos devem seguir para ser “pessoas melhores”, sendo nesse aspecto que o discurso pedagógico, que segundo Orlandi (1987) é autoritário, se faz presente.

No conceito do discurso autoritário não existe interlocução entre os interlocutores, pois aquele a quem se refere está oculto pelo dizer, isto é, somente há um agente único que propaga o comando. “Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem” (ORLANDI, 1987, p.16). Enquanto configurado como um discurso autoritário, o DP manifesta-se também como discurso de poder, na medida em que “cria a noção de erro e, portanto, o sentimento de culpa, falando, nesse discurso, uma voz segura e autossuficiente” (ORLANDI, 1987, p. 17). A tática, que revela o ponto final, apresenta como o esmagamento daquele que está a aprender. Nessa compreensão, é possível exprimir que “A *ensina* B = A *influencia* B” (ORLANDI, 1987, p. 17).

O discurso pedagógico está atrelado à palavra ensinar; para Orlandi (1987), inculcar. Tal termo é caracterizado mediante diversos fatores atinentes ao discurso e à sociedade da qual fazemos parte. Os citados fatores, conforme a autora ao citar Ducrot, são: a lei da informatividade, informar aquilo que o ouvinte não conheça; a lei da utilidade, a fala tem uma utilidade; e a lei do interesse, só é possível dizer algo a alguém aquilo que lhe seja interessante.

Cada lei apresenta uma forma única de subentendido, existindo no DP o *mascamamento*. O ato de questionar e o de dar ordens são normatizações mantidas, pois o professor é uma autoridade na classe e tem essa garantia mantida devido ao seu lugar na hierarquia. Questionar e ordenar tem suporte didático e, para encobrir a quebra das leis de utilidade e de interesse, é nomeada a *motivação* dentro do universo pedagógico. “Essa motivação aparece no DP como motivação que cria interesse, que cria uma visão de utilidade, fazendo com que o DP apresente as razões do sistema como razões de fato” (ORLANDI, 1987, p. 18).

Importante destacar que o discurso pedagógico tem como local de funcionamento a escola. Estar ligado a essa instituição faz do DP aquilo que de fato é, revelando-o em sua atribuição: “um dizer institucionalizado, sobre as coisas, que se garante, garantindo a instituição em que se origina e para a qual tende” (ORLANDI, 1987, p.23). O controle de sua circularidade é esse, uma vez que é possível ver a quebra por meio da crítica. Assim, a partir dessa posição, a autora formaliza o conceito do DP como um discurso circular, ou seja, aquele que possui um dizer próprio de uma instituição, dizer institucionalizado que marca a origem da organização a qual se refere – a escola. Em síntese, “O fato de estar vinculado à escola, a uma instituição,

portanto, faz do DP aquilo que ele é, e o mostra (revela) em sua função” (ORLANDI, 1987, p. 28).

E como é este DP? Em sua definição seria um discurso neutro que transmite informação (teórico ou científico), isto é, caracterizar-se-ia pela ausência de problemas de enunciação: não teria sujeito na medida em que qualquer um (dentro das regras do jogo evidentemente) poderia ser seu sujeito (credibilidade da ciência), e onde existiria a distância máxima entre emissor e receptor (não haveria tensão, portanto), tendo como marca a nominalização e como frase de base a frase com o verbo ser (definições). Do ponto de vista de seu referente, o DP seria puramente cognitivo, informacional (ORLANDI, 1987, p. 28-29).

Torna-se relevante ressaltar que, de acordo com Tfouni e Tfouni (2014), o discurso pedagógico não circula apenas na escola. Ao citarem o texto de Assolini e Tfouni (2006), os autores ponderam que os atributos do discurso pedagógico e o seu funcionamento pode ser achado em qualquer âmbito em que se estabeleça a relação assimétrica, “como no discurso dos pais dirigido aos filhos com o intuito de inseri-los na ordem social e nos usos e costumes atribuídos ao ‘bom’ sujeito” (TFOUNI e TFOUNI, 2014, p. 119).

Por outro lado, o “mau” sujeito é desprezado pela escola e por diversas instituições, pois estas prezam pela obediência e disciplina. Ao referenciarem Orlandi (1996), Tfouni e Tfouni (2014) destacam que o cientista é posição-sujeito favorecida dentro do DP. É o cientista que possui e revela autoridade e impossibilita o controle da palavra.

Partindo desse pressuposto, entendeu-se que a encíclica analisada, mesmo não circulando na instituição escola, não se isenta de fazer uso do discurso pedagógico, visto que, em sua redação, o autor dela apresenta pontos discursivos pedagógicos, não para uma classe escolar, mas para uma sociedade em geral. A encíclica é uma carta que tem o fito de transmitir ensinamentos religiosos para melhorar a sociedade atual segundo os preceitos de Deus.

Cabe destacar, ainda em consonância com Tfouni e Tfouni (2014), que mesmo que os inúmeros tipos de discurso possuam atributos que se igualam, eles não diminuem uns aos outros. Logo, “por exemplo, o autoritarismo disfarçado, a irreversibilidade, e o assujeitamento ideológico são características de diversos discursos, não apenas do pedagógico” (TFOUNI e TFOUNI, 2014, p. 119).

Uma vez que se compreendeu que ensinar no discurso religioso encaminha para o discurso pedagógico, pretendeu-se, nas análises, mostrar características do discurso pedagógico presente no religioso e evidenciar que, mesmo fora do universo escolar, o DP também é identificado. No entanto, mesmo sabendo que caberia aqui um desdobramento do discurso

político (DP), uma vez que o *corpus* tende também para este tipo de discurso, não iremos tratá-lo neste trabalho, pois é notório, sem muitas análises ou estudos, que o documento do magistério, a encíclica, possui em seu corpo de texto o discurso político, já que o seu autor, o papa, é um chefe máximo da Igreja Católica Apostólica Romana e dentro do seu discurso já venha incluso o discurso religioso e político. Deixaremos este aprofundamento para outros trabalhos posteriores que proceda desta pesquisa. Assim, analisar-se-á a encíclica observando por hora o DP e o DR.

5 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO CORPUS

5.1 Análise: Encíclica *Fratelli Tutti*

Fratelli Tutti (2020), carta encíclica do papa Francisco, é um dos diversos documentos do magistério escrito pelo santo padre durante o seu pontificado. Sua tradução para o português é “Todos irmãos” e abordar acerca da amizade social e a fraternidade no mundo. Inspirada em São Francisco de Assis, a sua redação é organizada em uma introdução nomeada de *Fratelli Tutti*, abordando a fraternidade de caráter franciscana e os desdobramentos reflexivos que esta palavra possui.

A citada encíclica tem oito capítulos: *As sombras de um mundo fechado* (I), *Um estranho no caminho* (II), *Pensar e gerar um mundo aberto* (III), *Um coração aberto ao mundo inteiro* (IV), *A melhor política* (V), *Diálogo e amizade social* (VI), *Caminhos de um novo encontro* (VII) e *As religiões a serviço da fraternidade no mundo* (VIII). Cada um detalha sobre o amor, o medo, a amizade, a pandemia, a política, o ser humano, os fatores mundiais, os migrantes e tantos outros assuntos que estejam de certa forma ligados à palavra fraternidade.

Todos os capítulos são enumerados totalizando 287 tópicos e a formatação é organizada por parágrafos curtos. Ao fim da carta existem duas orações: *Oração ao criador* e *Oração cristã ecumênica*, com a assinatura e data de publicação em 3 de outubro de 2020, um dia antes da comemoração litúrgica pelo dia de São Francisco de Assis, oitavo ano do pontificado do santo padre.

Neste capítulo analisaremos a *Fratelli Tutti* (2020), não de forma completa, mas apenas 15 tópicos pertinentes à pesquisa em tela. Em cada um deles está marcado o capítulo, o número do parágrafo e o tema a que pertence. Mesmo havendo versão online no site do vaticano, os tópicos analisados neste trabalho foram retirados da versão impressa da Editora Loyola, traduzidos para a língua portuguesa e configurado como texto oficial para a CNBB. Como a carta pertence a uma determinada religião, destacamos que em todas SDs está presente o discurso religioso, especificamente da Igreja Católica Apostólica Romana.

As sequências discursivas (SDs) 27, 32 e 41 fazem parte do capítulo I, intitulado *As sombras de um mundo fechado*, em que se abordam pontos do mundo atual que caminham para atrapalhar o desenvolvimento da fraternidade entre os povos. A de número 27 está no tópico *Conflito e medo*, e discorre sobre a questão do medo gerado a partir dos conflitos sociais. Trata desde as guerras, até perseguições que nem mesmo a revolução tecnológica consegue reverter, pois quem sofre é a humanidade em geral enquanto apenas os poderosos beneficiam. O mundo

se desenvolve a partir de uma segurança falsa, promovida pelo sistema, alicerçada no medo e na não confiança. Vejamos a primeira SD:

Conflito e medo

SD (27): Paradoxalmente, existem **medos ancestrais** que não foram superados pelo progresso tecnológico; mais ainda, souberam esconder-se e revigorar-se por detrás das novas tecnologias. Também hoje, atrás das **muralhas da cidade** antiga, está o abismo, o território do desconhecido, o deserto. O que vier de lá não é considerado confiável, porque é desconhecido, não familiar, não pertence à aldeia. Trata-se do **território do que é “bárbaro”**, do qual há que defender-se a todo o custo. Consequentemente, criam-se novas barreiras de autodefesa, de tal modo que o mundo deixa de existir para que haja apenas o **“meu” mundo**; e muitos deixam de ser considerados seres humanos com uma dignidade **inalienável**, passando a ser apenas **“os outros”**. Reaparece “a tentação de fazer uma **cultura dos muros**, de erguer os muros, muros no coração, muros na terra, para impedir este encontro com outras culturas, com outras pessoas. E quem levanta um muro, quem constrói um muro, acabará **escravo** dentro dos muros que construiu, sem horizontes. Porque lhe falta esta **alteridade**” (FRANCISCO, 2020, p. 17 a 18).

A palavra medo é o ponto fundamental da explanação da SD 27, não por acaso o tópico é nomeado “Conflito e medo”. Os *medos ancestrais*, como é especificado no texto, ainda estão presentes no indivíduo apesar dos descendentes terem lutado contra o temor do desconhecido e do avanço da tecnologia. A colocação *medos ancestrais* dialoga com *muralhas da cidade antiga* trazendo à tona uma memória discursiva, uma vez que esse termo é utilizado para se referir à cidade velha de Jerusalém, que é rodeada de muralha e possui locais sagrados para os cristãos, mulçumanos e judeus.

A referência empregada na carta nos faz lembrar que a referida cidade foi e é grande palco de ataques (muitas vezes religiosos). Mesmo que a SD 27 faça referência a esse acontecimento histórico e interdiscursivo, é possível rememorar muralhas invisíveis com a mesma função que a muralha de Jerusalém, já que sua grafia na encíclica está no plural, confirmando, assim, outros tipos de muralhas ao redor do mundo. Percebe-se a pretensão em exemplificar, a partir de um ambiente religioso e com detalhes históricos (Jerusalém) e ampliar o leque de possibilidades para outras situações que existem no mundo.

No que tange ao *território do que é “bárbaro”*, a palavra em aspas propicia dois tipos de significação: a primeira, ligada aos povos germânicos que receberam essa rotulação por não falarem o mesmo idioma que os romanos e, por isso, viviam em constantes embates; e a segunda, voltada para pessoas inferiores de uma nação. Mais uma vez, observar as lutas travadas pelos nossos ancestrais é perceber que o medo presente no mundo não mudou. Mesmo

com as novas tecnologias, ele ainda está ali criando barreiras entre os povos, deixando de ser um mundo para todos e ser só o “*meu*” mundo.

Essa mudança de significação polissêmica revela que na verdade os muros na sociedade ainda são atuais de forma invisível em estrutura e convergem para a fraternidade. O emprego do termo “*meu*” mundo reflete um posicionamento egoísta e, junto com o primeiro significado de bárbaro, possui um caráter ideológico que leva o sujeito discursivo a ser superior, presente em um universo que poucos tem acesso, ou seja, os ricos. O sujeito defende seu território de uma maneira individualista para que poucos tenham entrada, e exista a manutenção da cultura *dos muros*, de forma interior e exterior do seu ser, atendendo ao propósito de que haja inferiores para mandar e desmandar.

Os sujeitos identificados nessa formação discursiva são superiores, mas existem sujeitos que fazem parte do segundo significado da palavra bárbaro e possuem uma *dignidade inalienável* que não constitui a parte da classe rica. *Os outros*, como traz a carta, são inferiores aos Outros superiores. Porém, este último, na verdade, é que são os *escravos* do muro criado por eles mesmo, isto é, do próprio sistema do qual fazem parte porque a palavra muro também tem a significação polissêmica de ser barreira construída por um sistema.

Diante do exposto, é possível afirmar que tudo isso acontece pela falta de *alteridade*. De acordo com o site Psicanálise Clínica, em seu texto “O que é Alteridade: definição em linguística e psicologia”, ela é compreendida como o reconhecimento das diferenças entre as pessoas⁵. Nesse sentido, é entender que cada um possui o seu jeito de ser. Os sentidos que circundam a encíclica querem isso, a partir de um discurso pedagógico, ensinar ao sujeito/leitor o entendimento da igualdade entre os povos do mundo, ou seja, que é necessário ter alteridade para ser fraterno.

As pandemias e outros flagelos da história

SD (32): É verdade que uma tragédia global como a pandemia da covid-19 despertou, **por algum tempo**, a consciência de sermos uma comunidade mundial que viaja no mesmo barco, em que o mal de um prejudica a todos. Recordamo-nos de que ninguém se salva sozinho, de que só é possível salvar-nos juntos. Por isso, “a **tempestade** – dizia eu – desmascara a nossa vulnerabilidade e deixa a descoberto as falsas e supérfluas seguranças com que construímos

⁵ Definição disponível em: [O que é Alteridade: definição em linguística e psicologia \(psicanaliseclinica.com\)](http://psicanaliseclinica.com).

os nossos programas, os nossos projetos, os nossos hábitos e prioridades. (...) Com a **tempestade**, caiu o disfarce dos estereótipos com que mascaramos o nosso “eu” sempre preocupado com a **própria imagem**; e ficou **evidente**, uma vez mais, esta (abençoada) pertença comum, à qual não podemos nos subtrair: a **pertença como irmãos**”. (FRANCISCO, 2020, p. 20).

Na sequência discursiva 32, o tópico que ela está separada já altera. Chamada *As pandemias e outros flagelos da história*, descreve, além de outros desastres naturais, os problemas acometidos pela covid-19. Na SD 32 o coronavírus já sinaliza um acontecimento histórico, uma vez que a pandemia marcou um período na história fixando a sua importância na sociedade mundial.

A doença mencionada mostra que o prejuízo de um grupo de pessoas passa para todos em diversos pontos, como na saúde, na economia e na socialização. O indivíduo cai em si *por algum tempo* necessitando que o outro esteja bem para que ele também esteja. O indivíduo envolto nessa ideologia de humano frágil, passa a ser sujeito atravessado pelo discurso religioso.

Mediante o discurso religioso, que é a carta, o sujeito compreende que é necessário pensar no outro para o seu próprio bem, não focando apenas no egoísmo, mas, em ser fraterno. Seguindo os ensinamentos do grande Outro, que é a encíclica, o sujeito tende a ser melhor, mesmo que isso não seja durável, isto é, que seja somente *por algum tempo*.

A marcação das aspas na SD 32 serve para delimitar um trecho que faz parte da homilia do papa Francisco durante o Momento extraordinário de oração em tempos de epidemia, do dia 27 de março de 2020, que saiu no *L'Osservatore Romano*, jornal diário da Cidade do Vaticano, no dia 29 do mesmo mês e ano. Dentro dessa marcação, voltamo-nos para os conceitos de heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada.

A heterogeneidade constitutiva decorre da presença do outro no discurso sem depender de um aparato linguístico. Ela refere-se “à presença do outro – às palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem linguística” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 21). Já, no tocante à heterogeneidade mostrada, “o outro se encontra aí, designado como objeto do discurso através de um mecanismo enunciativo” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69).

Para a autora, a heterogeneidade mostrada é composta por formas linguísticas detectáveis tanto na condição de frase quanto na do discurso. Logo no seu início da SD temos

a palavra *tempestade*, que possui uma significação polissêmica, visto que tempestade é um processo natural ocasionado por chuvas violentas que devasta o local, retirando tudo o que ali existe e, na passagem, essa tempestade se refere à pandemia da covid-19, a qual vem abalar o mundo com sua força natural.

A doença avassaladora, além de ceifar vidas, quebra com todos os projetos e costumes do sujeito. Ele é vulnerável naquilo que acredita ou planeja, além de mostrar o lado sombrio que está escondido no seu eu. A posição ideológica aqui, de sujeitos mesquinhos que estão apenas se importando com *a própria imagem* e não pensam no outro, reflete que o discurso seguido por ele não leva a ser um “bom sujeito”. A carta busca através de um discurso pedagógico ensinar que é *evidente* nesse processo tempestuoso não pensar somente de maneira egoísta, mas é necessária a fraternidade para que ocorra *a pertença como irmãos* e unidos pensarmos sempre um no outro enquanto sujeitos fraternos.

Sem dignidade humana nas fronteiras

SD (41): **Compreendo** que alguns tenham dúvidas e sintam medo diante das pessoas imigrantes; **compreendo** isso como um aspecto do **instinto natural** de autodefesa. **Mas** também é verdade que uma pessoa e um povo só são **fecundos** se souberem criativamente **integrar** no seu seio a **abertura aos outros**. Convido a ultrapassar essas **reações primárias**, porque “o problema surge quando [estas dúvidas e esse medo] condicionam de tal forma o nosso modo de pensar e agir que nos tornam intolerantes, fechados, talvez até – sem disso nos apercebermos – racistas. E, assim, o medo nos priva do desejo e da capacidade de encontrar o outro”. (FRANCISCO, 2020, p. 24).

A questão dos imigrantes e seus desdobramentos é o assunto principal do tópico: *Sem dignidade humana nas fronteiras*, do qual a sequência discursiva 41, do capítulo I, faz parte. Inicialmente, a palavra *compreendo* demonstra que a própria carta entende esse processo ideológico do sujeito de ser assujeitado a ter medo diante do desconhecido – o imigrante. É algo natural o sujeito assujeitar-se a ter medo, assim como também é o processo ideológico e seu funcionamento, pois, mesmo que a pessoa não perceba o medo dos imigrantes, a ideologia está ali, no seu inconsciente, em função para que isso ocorra. Os imigrantes são o novo, inexplorado, que atinge o sujeito no seu discurso habitual e o medo da mudança faz com que se armem contra os estrangeiros.

Entretanto, mesmo o sujeito assujeitado pela ideologia do medo, do desconhecido, ele ainda é capaz de mudar o seu discurso para conhecer o novo – os imigrantes. A encíclica traz em seu texto um marcador adversativo, *mas*, para introjetar a opção de aceitar o diferente para que juntos se possa prosperar, ser *fecundo*. Com isso, a pessoa terá prosperidade, em seu discurso haverá mudança e seu processo ideológico passará a *integrar* no contexto do seu eu alterações que facilitaram a *abertura aos outros* – os imigrantes. O trecho com aspas está presente na *Mensagem para o 105º Dia Mundial do Migrante e do Refugiado*, feita pelo papa Francisco, do dia 27 de maio de 2019, que saiu no *L'Osservatore Romano*, no dia 04 de junho de 2019.

Nele, o *medo* e as *dúvidas* são citados enquanto *reações primárias* que fazem parte do *instinto natural* de cada ser humano. Para Freud (2011), tais pontos podem ser configurados como “natural”, mas é melhor formulado como “capacidade original” (p.70), instinto do ser. Para o autor, “originalmente a renúncia ao instinto é resultado do medo à autoridade externa” (p. 73).

O referido estudioso complementa que o *sentimento de culpa* surge a partir do medo e é, por isso, que o Eu evita o mal, mesmo que seja o seu desejo ou lhe dê prazer. Tudo isso, para encíclica, só leva o sujeito a ter pensamentos e ações orgulhosos, preconceituosos e inflexíveis partícipes de seu processo ideológico e discursivo sem o sujeito perceber. Com um discurso pedagógico, a carta ensina que o *medo nos priva* de se relacionar com o *outro* – os imigrantes. O mal está presente no sujeito, mas, é reprimido pelo medo na concepção de Freud (2011). Para ultrapassar essas reações primárias é necessário que o “mau sujeito”, no ponto de vista de Pêcheux (1995), se identifique com o discurso ensinado pela encíclica vencendo, assim, o medo e tendo em si o sentimento de culpa que o levará a ser um “bom sujeito”.

O abandonado

SD (64): Com quem você se identifica? É uma pergunta sem rodeios, direta e determinante: a qual deles se assemelha? Precisamos reconhecer a tentação que nos cerca de nos **desinteressar pelos outros**, especialmente pelos **mais frágeis**. Dizemos que crescemos em muitos aspetos, mas somos **analfabetos em acompanhar, cuidar e sustentar os mais frágeis** e vulneráveis das nossas sociedades desenvolvidas. Habitamo-nos a olhar para o outro lado, a passar à margem, a **ignorar as situações** até elas nos caírem diretamente em cima. (FRANCISCO, 2020, p. 35).

SD (65): Assaltam uma pessoa na rua, e muitos fogem como se não tivessem visto nada. Sucedem muitas vezes que pessoas atropelam alguém com seu carro e fogem. Pensam só em evitar problemas; não importa se um ser humano morre por sua culpa. Mas esses são sinais de um estilo de vida generalizado, que se manifesta de várias maneiras, porventura mais sutis. Além disso, como estamos todos muito **concentrados** nas **nossas necessidades**, **ver alguém que está mal incomoda-nos**, perturba-nos, porque não queremos **perder tempo** por culpa dos problemas alheios. São sintomas de uma **sociedade enferma**, pois procura construir-se de costas para o **sofrimento**. (FRANCISCO, 2020, p. 35).

As duas sequências discursivas, 64 e 65, estão presentes no capítulo II: *Um estranho no caminho* e no tópico *O abandonado*. O capítulo é todo estruturado em passagens bíblicas que buscam mostrar ao seu leitor que amar o próximo é importante para si e para Deus. O amor pelo próximo é o ponto fundamental desse capítulo.

Para compreender melhor a SD 64, é preciso saber que o capítulo no seu início traz a parábola do bom samaritano (Lc 10, 25-37), em que a carta questiona com qual dos três: um sacerdote, um levita e um samaritano, o leitor se identifica. A “parábola em questão é expressa de tal maneira que qualquer um de nós pode deixar-se interpelar por ela” (FRANCISCO, 2020, p. 31). Nela, há um sacerdote e um levita que não tiveram compaixão com o homem assaltado, ao passo que um samaritano, mesmo tendo seus compromissos, teve compaixão dele.

Por meio do discurso religioso, a encíclica desenvolve uma reflexão daquele que lê sobre o seu eu. Há um sujeito que se identifica ideologicamente com um sacerdote ou um levita que se contra-identifica com um samaritano e os preceitos de Deus, sendo um “mau sujeito”. Este é aquele que *desinteressa* pelos *mais frágeis*, os necessitados de amor. No entanto, quando ocorre a identificação com um samaritano evoluímos como pessoas e seguimos a vontade de Deus, tornando-nos um “bom sujeito”.

Ao sermos, dentro de um discurso religioso, *analfabetos em acompanhar, cuidar e sustentar os mais frágeis, desinteressar pelos outros e ignorar as situações*, recorre ao posicionamento da Teologia da Libertação (TL). Para Orlandi (2007), “pode-se definir mais geralmente a TL como ‘toda forma de pensar a fé face à opressão’” (p. 103). Voltar-se para quem sofre, em qualquer situação, devido aos fatores políticos e históricos da sociedade moderna, é, pois, olhar a partir do pensamento da Teologia da Libertação.

Para Boff e Boff (2011), isso significa buscar, por meio do Evangelho e da fé, forças contra a pobreza e a favor para a libertação do homem no seu todo. Todavia, o que a encíclica

coloca traça um sujeito que vai de encontro com que é pregado pela TL, uma vez que desprezar o irmão que está padecendo, não querer que ele saia da circunstância em que está vivendo e que permaneça sem liberdade diante da opressão é ir de encontro com os preceitos de Deus.

A sequência discursiva 65 segue os mesmos posicionamentos da 64. A descrição de atitudes que levam as pessoas a fugirem dos problemas com o irmão que sofre, revela o pensar em si e as demandas da vida mais acelerada. Isso nos faz refletir no que Freud (2011), citado na SD 41, escreve sobre o “sentimento de culpa” e que este só vem a partir do medo, no qual o “medo ante o Super-eu (...) nos leva também ao castigo, dado que não se pode ocultar ao Super-eu a continuação dos desejos proibidos” (FREUD, 2011, p. 73).

O referido *Super-eu* é, na verdade, as burocracias que a vida em sociedade possui que atrapalham o curso das *nossas necessidades* diárias nas quais estamos *concentrados*. O discurso exemplifica, dentro do discurso religioso, uma formação ideológica, em que os sentidos presentes nos levam a perceber que fazemos parte de uma *sociedade enferma*. Com isso, os indivíduos são sujeitos que buscam não *perder tempo* com a dor do outro que sofre. Ao não se voltarem para o *sofrimento*, os sujeitos são tomados pelo discurso da produtividade e concentram-se apenas no que lhes interessa – geração de dinheiro, não se identificando com a dor do outro, pois *ver alguém que está mal incomoda-nos*. Logo, os sujeitos se contra-identificam com o discurso sendo um “mau-sujeito”.

Recomeçar

SD (77): (...) Como o viandante ocasional da nossa história, é preciso apenas o **desejo gratuito, puro e simples de ser povo**, de ser constantes e incansáveis no compromisso de incluir, integrar, **levantar quem está caído**; embora muitas vezes nos vejamos **imersos e condenados a repetir a lógica dos violentos**, daqueles que nutrem ambições só para si mesmos, espalhando **confusão e mentira**. Deixemos que **outros** continuem a pensar na **política** ou na **economia** para os seus **jogos de poder**. Alimentemos o que é **bom**, e coloquemo-nos a serviço do **bem** (FRANCISCO, 2020, p. 40).

A SD 77 também faz parte do capítulo II – *Um estranho no caminho*, no tópico *Recomeçar*. Nela há ensinamentos de alerta, por meio de um discurso pedagógico, de como devemos ajudar os nossos irmãos que precisam. O sujeito, tomado por esse discurso e os traços ideológicos nele contido, se assujeita a querer ser o melhor para si e para os outros. No entanto, mesmo que a formação ideológica o assujeite a estar *imerso* e *condenado* a propagar discursos

que tendem a repetir a *lógica dos violentos*, que não querem paz, só pensam em si, ambiciosos que dispersam *confusão* e *mentira*, ele poderá se assujeitar à ideologia presente no discurso da carta.

Para que isso ocorra, é necessário que o sujeito se identifique ideologicamente com os ensinamentos da encíclica e sinta o *desejo gratuito, puro e simples de ser povo* para, dessa forma, ajudar a *levantar quem está caído*. Nesse contexto, ao se identificar com a formação discursiva da encíclica, ele vem a ser um “bom sujeito” e se contra-identifica com a *lógica dos violentos*, sendo, portanto, um “mau sujeito”.

No que diz respeito à *lógica dos violentos*, reflete-se em que sistema da sociedade estão inseridos esses *violentos*. Os *outros*, assim como são nomeados, fazem parte da *política* e da *economia*, ou seja, sistemas que estão presentes na sociedade e que se realizam nos *jogos de poder*. A carta sugere caminhos opostos à lógica do capital na busca por dinheiro e poder. E tais empregos dialogam com a corrente teológica da prosperidade.

A Teologia da Prosperidade (TP) é compreendida, segundo Dusilek (2018), como campo teológico que no seu conteúdo, tendo como base ideais capitalistas e um olhar inadequado sobre o Antigo Testamento, recomenda aos fiéis, principalmente das igrejas recém-criadas, ocupar-se de forma pessoal da benção de Deus para o progresso material. “A vitória passa a ser a tônica, o dinheiro a motivação, a prosperidade material a benção e o texto veterotestamentário a legitimação” (DUSILEK, 2018, p. 202).

Diante do exposto, percebe-se que os princípios dessa teologia vão de encontro com os preceitos de humildade pregado pela Igreja Católica Apostólica Romana. Por isso, que a encíclica pede para deixar que os outros pensem nessa questão e que os sujeitos tomados por esse discurso absorvam o que é *bom* e trabalhem para o *bem*.

Capítulo III
Promover o bem moral

SD (113): Nesta linha, com tristeza, volto a destacar que “**vivemos** já muito tempo na **degradação moral, descartando a ética, a bondade, a fé, a honestidade**; chegou o momento de **reconhecer** que esta alegre superficialidade de pouco nos serviu. Tal destruição de todo o fundamento da **vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros** na defesa dos próprios interesses”. **Voltemos a promover o bem**, para nós mesmos e para toda a humanidade, assim caminharemos juntos para um crescimento genuíno e integral. Cada sociedade precisa de **garantir a transmissão dos valores**; caso contrário, transmitem-se o egoísmo, a violência, a corrupção nas suas diversas formas, a indiferença e, em última análise, uma vida fechada a toda a transcendência e entrincheirada nos interesses individuais (FRANCISCO, 2020, p. 56).

Promover o bem moral é o tópico da SD 113, que se encontra no capítulo III – *Pensar e gerar um mundo aberto*, cujo fito é a melhoria do ser humano. Nesse tópico, a carta trata da busca do bem para com os outros. Porém, na SD em análise é notória a descrição de uma moral humana em estado de danificação.

Isso porque a formação ideológica revela sentidos em que o sujeito está em uma “degradação moral, descartando a ética, a bondade, a fé, a honestidade” (FRANCISCO, 2020, p. 56). Importante mencionar que o trecho em destaque já está escrito em seu original em aspas, pois faz parte da encíclica *Laudato Si'* (2015), sendo um interdiscurso do próprio autor. Ou seja, a formação ideológica reverbera os seus sentidos ainda na *Fratelli Tutti* (2020), mostrando que, mesmo depois de 5 anos, o sujeito vive (*vivemos*) uma moral humilhante que leva ao afastamento daquilo que é importante para Deus.

Demmer (2007), estudioso da Teologia Moral, teoriza quanto a essa teologia que “é esse o postulado – deve alimentar-se da Sagrada Escritura (uma vez que) toda a riqueza da vocação cristã para a salvação permeia a práxis moral” (p. 16). Logo, para o sujeito ter moral benéfica, segundo o discurso religioso deve seguir o que é posto na Sagrada Escritura a fim de que consiga *garantir a transmissão de valores*.

Como vimos, o indivíduo já está interpelado em sujeito por uma ideologia egoísta, degradante, sendo isso perceptível, na carta, mediante uso do verbo *vivemos*, além de que *a vida social acaba por colocar-nos uns contra os outros*, com atitudes para si. O sujeito, nesse contexto, se contra-identifica como um “mau sujeito”. No entanto, através do discurso pedagógico é possível que *voltemos a promover o bem*, desde que passemos a *reconhecer* a moral desonrosa em que *vivemos*.

Ao se identificar com o discurso pedagógico e se assujeitar à ideologia, o sujeito vem a ser um “bom sujeito” vivendo uma moral honrosa. Consoante a Teologia Moral, “uma verdade moral interpela o destinatário na totalidade do seu ser homem, pois o que está em jogo é a vida em sua plena realização, sensata e humanamente digna” (DEMMER, 2007, p. 12). Partindo-se disso, e do que está posto na SD 113, concluimos que a encíclica traz um discurso pedagógico, dentro de um discurso religioso, para mostrar ao “mau sujeito” que é frutuoso sair da desonra para viver com dignidade, viver os preceitos de Deus, promover o bem e identificar-se com “bom sujeito”.

Capítulo V
Popular ou populista
SD (162): A grande questão é o trabalho . Ser verdadeiramente popular – porque promove o bem do povo – é garantir a todos a possibilidade de fazer germinar as sementes que Deus colocou em cada um , suas capacidades, sua iniciativa, suas forças. Essa é a melhor ajuda para um pobre, o melhor caminho para uma existência digna. Por isso, insisto que “ ajudar os pobres com o dinheiro deve ser sempre um remédio provisório para enfrentar emergências . O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho ” (FRANCISCO, 2020, p. 80).
Valores e limites das visões liberais
SD (166): (...) A questão é a fragilidade humana , a tendência humana constante para o egoísmo , que faz parte daquilo que a tradição cristã chama “ concupiscência ”: a inclinação do ser humano a fechar-se na imanência do próprio eu, do seu grupo, dos seus interesses mesquinhos. Essa concupiscência não é um defeito do nosso tempo; existe desde que o homem é homem , limitando-se simplesmente a transformar-se, a adquirir modalidades diferentes no decorrer dos séculos, utilizando os instrumentos que o momento histórico coloca à sua disposição. Mas é possível dominá-la com a ajuda de Deus (FRANCISCO, 2020, p. 82).
Os sacrifícios do amor
SD (189): (...) Muitas vezes, hoje, enquanto nos enredamos em discussões semânticas ou ideológicas, deixamos que irmãos e irmãs morram ainda de fome ou de sede , sem um teto

ou sem acesso a serviços de **saúde**. Junto com essas **necessidades básicas** não atendidas, o **tráfico de pessoas é outra vergonha para a humanidade que a política internacional não deveria continuar a tolerar**, indo **além dos discursos e boas intenções**. Trata-se daquele mínimo que não se pode adiar mais (FRANCISCO, 2020, p. 94 a 95).

Nomeado de *A melhor política*, o capítulo V contempla as sequências discursivas: 162, 166 e 189, organizadas em tópicos diferentes. Nele, explana-se acerca da política referente ao servir bem a sociedade e à realização da fraternidade, porém, atualmente a política dificulta essa prática.

No tocante à SD 162, do tópico: *Popular ou populista*, percebe-se, mediante discurso religioso, que a carta trata do *trabalho* e do popular político. Na construção *Ser verdadeiramente popular – por que promove o bem do povo*, essa nova significação de ser popular demonstra posições ideológicas diferentes das que já estamos acostumados sobre o que é ser *popular*.

Ocorre um processo que caracterizo como parafrástico, pois, ser *popular*, remete a uma memória discursiva de ser conhecido por várias pessoas, não importa o que faça, ao passo que, na encíclica, ser *popular* é aquele que fomenta *o bem do povo*. Além disso, com palavras bíblicas, *germinar as sementes*, vem do discurso religioso cuja característica de ensinar conduz ao discurso pedagógico. Desse modo, tem-se que ensinar de forma a assujeitar o sujeito político a como ser *popular* para o bem.

Os sujeitos políticos ao se identificarem com esses ensinamentos da formação discursiva garantem *a possibilidade de fazer germinar as sementes que Deus* colocou em cada um, ou seja, dar o trabalho para que desabroche dali a vocação. Com essa identificação o sujeito político *promove o bem do povo* e sendo um “bom sujeito”. Dessa maneira, identificando-se, o sujeito político caminha dentro da fraternidade.

Cabe destacar que a SD 162 traz uma citação em aspas cuja referência é a Carta Encíclica *Laudato Si’* (2015), mantendo a memória discursiva daquilo que já fora posto na encíclica anterior. Outra memória na citação faz alusão aos programas sociais dos governos, haja vista que *ajudar os pobres com o dinheiro* é um *afago provisório*, como foi feito na pandemia da Covid-19 *para enfrentar emergências*.

Todavia, como a palavra *provisório* foi usada, compreende-se que o seu sentido ideológico em tempo limitado aponta o *dinheiro* para *ajudar os pobres*. Nesse sentido, o que de fato deve acontecer é *consentir-lhes* (aos pobres) a dignidade por meio do *trabalho*. Para

tanto, é necessário que o sujeito político se identifique ideologicamente com os ensinamentos da carta. Logo, o ele só é popular quando fornece trabalho e não quando dá dinheiro sem o trabalho.

Por seu turno, a SD 166, elencada no tópico *Valores e limites das visões liberais*, resgata o significado da palavra *concupiscência*. A ideologia materializada nessa SD revela que o sujeito possui uma *fragilidade constante* – que é o *egoísmo*, marcado no discurso religioso como pecado. Essa *concupiscência* (outro nome dado ao *egoísmo*), tem o seu significado bem estruturado na *tradição cristã*, uma memória discursiva parafrástica que mostra a *fragilidade* do sujeito que faz parte de si desde o início da sua existência.

Existe desde que o homem é homem, com essa colocação ressalto que se entende que o sujeito sempre teve a inclinação, dentro de sua liberdade, para se contra-identificar com o sujeito benéfico, sendo um “mau-sujeito”. O *existe desde que o homem é homem*, ou seja, é uma característica inata ao sujeito, que somente ocorre de diferente o modo e os *instrumentos* com os quais o *egoísmo* será praticado, a depender do momento histórico.

Portanto, ser egoísta faz parte de uma memória discursiva na ideologia do ser sujeito contra-identificado como um “mau-sujeito”, pois a intenção do discurso religioso é: sujeitos que se identifiquem com o bem, um “bom-sujeito”. Para que isso aconteça é necessário que eles se identifiquem com os desígnios de Deus. Como destaca a carta, *é possível dominá-la, a concupiscência, com a ajuda de Deus*. Este é o remédio que o discurso religioso traz para vencer a *fragilidade humana*.

Ao tratar da fragilidade, a SD 189 destaca os problemas mundiais essenciais que os políticos devem solucionar de maneira prática, mas que ficam apenas nos longos diálogos e com solução tardia. Na passagem em análise, o *hoje* é colocado como forma de sempre presente, pois a *fome*, a *sede*, sem *teto* e a falta de acesso à *saúde* são problemas globais os quais estamos constantemente vivendo ou presenciando. Porém, para que isso acabe, os sujeitos têm que ser capazes de solucioná-los.

Na carta, expõe-se a ideologia das *discussões* dos sujeitos, que têm o mesmo sentido de não solucionar o problema. O mesmo se dá com o *tráfico de pessoas* que não é resolvido e cuja memória discursiva como se percebe em: *vergonha para a humanidade que a política internacional não deveria continuar a tolerar*, ou seja, *continuar a tolerar*, produz um efeito ideológico parafrástico de que sempre houve tolerância quanto ao tráfico de pessoas.

O sujeito que tolera o *tráfico de pessoas* e as *necessidades básicas* que não são atendidas, se contra-identifica com o que é pregado pela encíclica – que é a fraternidade, haja vista o “mau sujeito” aceitar esses problemas globais. Notamos que tais problemas sempre estiveram e estarão lá.

Há um esquecimento ideológico de que, ao tocar no assunto, a carta é a origem do chamar atenção para os temas: fome ou sede, sem teto, tráfico de pessoas, falta de acesso à saúde, visto que, a todo momento, existirão discussões e os sistemas, político e capitalista, não os solucionarão definitivamente. Assim, conforme a encíclica, é necessário ir *além dos discursos e das boas intenções* e agir.

Capítulo VI
A base dos consensos
SD (209): Caso contrário, não poderia porventura suceder que os direitos humanos fundamentais , hoje considerados invioláveis, fossem negados por quem está no poder, depois de terem obtido o “consenso” de uma população adormecida e amedrontada? Nem seria suficiente um mero consenso entre os vários povos igualmente manipulável. Já existem provas abundantes de todo o bem que somos capazes de realizar , mas ao mesmo tempo devemos reconhecer a capacidade de destruição que existe em nós . Não será este individualismo indiferente e desalmado em que caímos o resultado também da preguiça de buscar os valores mais elevados , que vão além das necessidades momentâneas? Ao relativismo acrescenta-se o risco de que o poderoso ou os mais hábeis consigam impor uma suposta verdade (FRANCISCO, 2020, p. 103 a 104).
O prazer de reconhecer o outro
SD (221): Ninguém será capaz de possuir toda a verdade nem satisfazer a totalidade dos seus desejos, porque tal pretensão levaria a querer destruir o outro, negando seus direitos. A busca de uma falsa tolerância deve dar lugar ao realismo dialogante por parte de quem pensa que deve ser fiel aos seus princípios, mas reconhecendo que o outro também tem o direito de procurar ser fiel aos dele. É o autêntico reconhecimento do outro , que só o amor torna possível e que significa colocar-se no lugar do outro para descobrir o que há de autêntico ou pelo menos de compreensível no meio das suas motivações e interesses (FRANCISCO, 2020, p. 109).

Diálogo é a palavra-chave do capítulo VI, *Diálogo e amizade social*, uma vez ele acarreta entre os povos o amor fraternal. A amabilidade faz o ser humano viver em harmonia. Ser melhor uns com os outros. Dito isso, irei analisar a SD 209, que está no tópico *A base dos consensos*. Entre os questionamentos da SD 209, tem-se os *direitos humanos fundamentais*, os quais são irrevogáveis. No trecho analisado percebeu-se sentidos ideológicos que indicam que os sujeitos têm ações positivas para a sociedade. Há *provas de todo bem* que eles são *capazes de realizar*, um bem realizado que não se pode discutir ou voltar atrás, pois é considerado inviolável exemplificado na carta, por meio de uma memória discursiva, através dos *direitos humanos*.

Por outro lado, ainda que os sujeitos se identifiquem com o bem, também devem *reconhecer a capacidade de destruição que existe em nós*. Ou seja, na referida formação discursiva, os sujeitos são passíveis de se identificarem para *realizar* o bem, mas, para que isso aconteça, têm que conhecerem a si mesmos, bem como reconhecerem suas capacidades de destruição. Nesse sentido, os sujeitos têm a competência de se identificarem com o que é bom ao passo que possuem competências para se contra-identificarem com aquilo que seja bom indo, assim, ao caminho do mal.

Sobre isso, a carta enfatiza que somos preguiçosos, isto é, temos um dos setes pecados capitais, no que tange a *buscar os valores mais elevados* deixando, portanto, aquilo que é taxado como o “mal habita em nós”, a exemplo do *individualismo indiferente e desalmado*. Com essa preguiça, os sujeitos deixam que o *risco do poderoso ou os mais hábeis consigam impor uma suposta verdade*, isto é, assujeitá-los à ideologia de uma falsa verdade e se assujeite apenas por preguiça de buscar outros tipos de valores. Isso não seria dialogar, ao contrário, entraria em um consenso pela verdade dos mais hábeis.

Na SD 221, por seu turno, destacam-se os sentidos ideológicos de que não existe sujeito que possua *toda a verdade*, o que de fato existe é uma *falsa tolerância* daquele que pensa em saber da verdade, com o outro, que também tem suas verdades, vem a partir daí o diálogo. A ideologia materializada na encíclica revela que o sujeito, ao proferir o seu dizer em meio a um diálogo, consegue *colocar-se no lugar do outro*, compreender o que o outro deseja e se interessa, uma vez que *só o amor torna possível* todo esse diálogo. Nesse contexto, dialogar, conforme o capítulo VI, concerne ao *reconhecimento do outro*, que só é possível pelo amor. Logo, o indivíduo interpelado por essa ideologia passa a ser um sujeito identificado com a ação de dialogar, pois esse é um bom ato que se espelha no amor.

Capítulo VII

As lutas legítimas e o perdão

SD (241): Não se trata de propor um **perdão** renunciando **aos próprios direitos** perante um poderoso corrupto, um criminoso ou alguém que degrada a nossa dignidade. Somos chamados a amar a todos, sem exceção, mas amar um opressor não significa consentir **que continue a oprimir, nem levá-lo a pensar que é aceitável o que faz**. Pelo contrário, **amá-lo corretamente é procurar, de várias maneiras, que deixe de oprimir, tirar-lhe o poder que não sabe usar e que o desfigura como ser humano**. Perdoar não significa permitir que continuem a pisotear a própria dignidade e a do outro, ou deixar que **um criminoso continue a fazer o mal**. Quem sofre injustiça tem de defender vigorosamente os seus direitos e os da sua família, precisamente porque deve guardar a dignidade que lhes foi dada, uma dignidade que Deus ama. Se um delinquente cometeu um delito contra mim ou a um ente querido, nada me impede de **exigir justiça** e garantir que essa pessoa – ou qualquer outra – não volte a lesar-me nem cause a outros o mesmo dano. Cabe a mim fazer isso, e o perdão não só não anula essa necessidade, mas reclama-a (FRANCISCO, 2020, p. 118 a 119).

A pena de morte

SD (266): Os **medos** e os **rancores** levam facilmente a entender as **penas de maneira vingativa**, se não cruel, em vez de as considerar como parte de um processo de cura e **reinserção na sociedade**. Hoje, “tanto por parte de alguns **setores da política** como de certos **meios de comunicação**, por vezes incita-se **à violência e à vingança**, pública e privada, não só contra os responsáveis por ter crimes, mas também contra aqueles sobre os quais recai a **suspeita, fundada ou não, de ter infringido a lei**. (...) Há, por vezes, a tendência a construir deliberadamente inimigos: figuras estereotipadas, que concentram em si todas as características que a sociedade sente ou interpreta como ameaçadoras. Os mecanismos de formação dessas imagens são os mesmos que, outrora, permitiram a expansão das ideias racistas”. Isso tornou particularmente **perigoso** o costume crescente que há, em alguns países, de recorrer a **prisões preventivas, a reclusões sem julgamento** e, especialmente, à pena de morte (FRANCISCO, 2020, p. 130).

Os caminhos que levam à paz é o assunto fundamental do Capítulo VII, *Caminhos de um novo encontro*. Nele, estão as SDs 241 e 266, que contemplarão quais pontos em nosso

cotidiano que, se visto de uma maneira diferente, nos levará a contemplar a paz. A primeira (241), faz parte do tópico *As lutas legítimas e o perdão*. Nela, inicialmente o *perdão* é descrito como um dos fatores para a paz. Todavia, ele nos remete a uma memória discursiva religiosa, em que está ligado a perdoar assim como Deus perdoou; um perdão bíblico. A partir da palavra perdão, o trecho apresenta exemplos que norteiam o que é dar o perdão para a paz.

No discurso religioso no qual o fragmento está inserido é possível notar como o perdão e o amor nos remetem à memória bíblica, estando entrelaçados. É como está na bíblia em Colossenses 3, 13-14, “Cada um perdoe o outro, do mesmo modo que o Senhor perdoou vocês. E acima de tudo, vistam-se com o amor, que é laço da perfeição”. O sentido ideológico que aqui *reverbera* é um *perdão* dado, não por aceitar o que o outro faz ou renunciar *aos próprios direitos* frente a um superior, mas, *amá-lo corretamente é procurar, de várias maneiras, que deixe de oprimir, tirar-lhe o poder que não sabe usar e que o desfigura como ser humano*.

Ou seja, o amor nos leva à forma correta de praticar o perdão. O indivíduo interpelado por essa ideologia vem a ser um sujeito que se identifica com as palavras da carta, pois através dos sentidos delas, o “bom sujeito” é aquele que não se cala, mas recorre ao amor e ao perdão para *exigir* justiça. O sujeito ao se contra-identificar com esta formação ideológica é aquele que *aceita que continue a oprimir, nem levá-lo a pensar que é aceitável o que faz*. Esse “mau-sujeito” não busca o amor, o perdão, nem a justiça, ele apenas permite que seus direitos e os do outro sejam violados, autorizando que *um criminoso continue a fazer o mal*. Com um discurso pedagógico, a encíclica ensina a sermos melhores com o amor e o perdão.

Por sua vez, a SD 266 trata de um assunto delicado em nossa sociedade – *A pena de morte*. Ela levanta uma opinião plausível ao tema, mas questionável: será que existem pessoas que têm a mesma opinião da encíclica? Após a leitura, é provável se assujeitar ideologicamente a ela, uma vez que os sentidos ideológicos produzidos no trecho analisado demonstram que penalizar, por meio dos *medos e rancores*, só alimenta o crime, em vez de pará-lo. Quem se contra-identifica com essa formação ideológica aceita, por *medos ou rancores, as penas de maneira vingativa*.

Nessa SD, além da carta fazer uso de um discurso religioso, instiga por meio de um discurso pedagógico a reflexão das *penas* dos que cometeram os crimes ou daqueles em que há *suspeita, fundada ou não, de ter infringido a lei*. Essa reflexão adentra tanto nos *setores da política*, no discurso político, quanto nos *meios de comunicação*, no discurso midiático. É notório que tais colocações estão entre aspas dentro do parágrafo. Destaco isso pois ela faz parte

de uma declaração de Francisco, em 23 de outubro de 2014, nomeada como: *Discurso a uma delegação da Associação Internacional de Direito Penal*.

A encíclica se apropria dessa declaração para mostrar que *hoje* isso ainda não mudou e que a mídia e a política continuam a incitar *à violência e à vingança*. Os sentidos ideológicos que ambos incentivam refere-se a assujeitar o sujeito a se contra-identificar com o que a carta prega. Cabe destacar que assujeitar-se a essa ideologia é ser um “mau sujeito”.

Entretanto, a formação ideológica do parágrafo busca uma reflexão do sujeito e que este se assujeite e se identifique com o que é posto, a fim de que perceba o quão *perigos(as)* são as *penas* feitas por estímulos de dois discursos que não garantem a verdade. Portanto, o “bom sujeito” não se identificará com o que pregam os *medos* e os *rancores*, ele vai analisar primeiro e entender que as penas existem para o bem, para um *processo de cura e reinserção na sociedade* e não para a morte, *prisões preventivas* e *reclusões sem julgamento*.

Capítulo VIII

O fundamento último

SD (274): A partir da nossa **experiência de fé e da sabedoria** que se vem acumulando ao longo dos séculos e aprendendo também das nossas inúmeras **fraquezas e quedas**, como pessoas que creem pertencentes às diversas religiões, sabemos **que tornar Deus presente é um bem para as nossas sociedades. Buscar a Deus com coração sincero, desde que não o ofusquemos com os nossos interesses ideológicos ou instrumentais**, ajuda a reconhecer-nos como companheiros de estrada, verdadeiramente irmãos. Julgamos que, “quando se pretende, em nome de uma **ideologia, excluir Deus da sociedade**, acaba-se adorando **ídolos**, e bem depressa o próprio **homem se sente perdido, a sua dignidade é pisoteada, os seus direitos violados**. Conheceis bem a brutalidade a que pode conduzir a privação da **liberdade de consciência e da liberdade religiosa**, e como dessa ferida se gera uma humanidade radicalmente empobrecida, porque fica privada de **esperança e de ideais**” (FRANCISCO, 2020, p. 134).

As religiões a serviço da fraternidade no mundo é o último capítulo da encíclica – o capítulo VIII, cujo objetivo é mostrar que o diálogo entre as diversas religiões que o mundo tem pode contribuir na edificação da fraternidade e na luta da justiça social. A sequência discursiva 274 está presente nesse capítulo no tópico: *O fundamento último*, o qual defende que Deus tem que ser posto em primeiro plano para que o bem se cumpra nas sociedades.

A formação ideológica dessa SD nos leva a entender que as religiões, não importa a qual seja, tem que sempre buscar a Deus para o bem acontecer na vida do indivíduo. Este, interpelado por essa ideologia, passa a ser um sujeito crente, vai atrás de *Deus* e não de deuses ou *ídolos* como fora citado na própria carta.

Notemos que, através desse discurso religioso, os *interesses ideológicos*, a *ideologia*, é um fator que altera os pensamentos, os sentidos, a relação para com Deus. Ele ensina, por meio do discurso pedagógico, que o sujeito deve *buscar a Deus com coração sincero, desde que não o ofusquemos com os nossos interesses ideológicos ou instrumentais*. Isto é, o nosso coração só vai estar aberto para Deus quando nós, sujeitos, não dermos a preferência à ideologia que não O segue ou àqueles cujos interesses são supérfluos como fonte fundamental do nosso eu.

Como o sujeito já tem essa memória discursiva da *experiência de fé e da sabedoria*, das *fraquezas e quedas*, a encíclica escreve para alertá-lo que não importa a qual religião pertença, as memórias das nossas vivências e aprendizagem dos pontos mencionados revelam *que tornar Deus presente é um bem para as nossas sociedades*. Deus faz bem para todos. É perceptível que a carta clama para que o sujeito se identifique com os sentidos ideológicos da SD 274.

Com uma citação, marcada em aspas, do *Discurso no Encontro Inter-religioso* feito pelo papa Francisco em Tirana-Albânia, 21 de setembro de 2014, a encíclica faz um complemento daquilo que já fora escrito no início do parágrafo da SD. A sociedade necessita de Deus em suas vidas, pois quando Ele não está, *o homem se sente perdido, a sua dignidade é pisoteada, os seus direitos violados*. Contudo, isso só acontece quando, por meio de uma *ideologia*, uma que seja contrária ao discurso religioso, há a intenção de *excluir Deus da sociedade*.

Nesse ínterim, SD 274 configura uma formação ideológica que se encaminha para uma sociedade com sujeitos contra a *Deus* e a favor de *ídolos*. A *ideologia* mencionada, priva da *liberdade de consciência e da liberdade religiosa*, priva a *esperança* e os *ideais*. O indivíduo não se deve deixar interpelar por essa *ideologia*, mas, pela proposta na sequência discursiva 274. Por ela, o sujeito vai enxergar e entender que *tornar Deus presente é um bem para as nossas sociedades, com um coração sincero*.

Nesse contexto, aquele sujeito que se identifica com esse sentido ideológico é um “bom sujeito”, pois está salvando a si e aos outros, está seguindo a Deus e O colocando presente

em sua vida e na dos demais sujeitos. Por outro lado, aquele que segue a outra *ideologia* apenas está se contra-identificando com a formação ideológica da sequência discursiva 274.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar o aparato teórico do Capítulo I, no tópico 2.2, compreende-se que o sujeito decorre da interpelação ideológica do indivíduo. Este, por sua vez, somente passa a ser sujeito devido a essa interpelação da ideologia presente nos discursos contidos na sociedade. Quando o sujeito se identifica com o discurso, determinando-se a uma formação discursiva, a sua determinação é caracterizada como cega em uma falsa liberdade. Pêcheux (1995) o designa “bom sujeito”. Por outro lado, ao ir de encontro a essa identificação, o sujeito se contra-identifica e torna-se um “mau sujeito”.

Como foi visto, a Análise de Discurso (AD) é uma teoria fundada por Michel Pêcheux, cujo escopo principal é o estudo do discurso, visto que é nele que se observam os sentidos ideológicos do sujeito. Este, ao se identificar discursivamente, passa a propagar a ideologia, como foi possível observar ao longo desta Dissertação.

Para tanto, antes de iniciar a teorização alguns questionamentos surgiram, a saber: Qual a finalidade do papa ao escrever a encíclica *Fratelli Tutti*? Por que a escolha do nome *Fratelli Tutti*? Quais as Formações Discursivas (FD) presentes na encíclica? Quais Formações Ideológicas (FI) fazem parte da encíclica? Qual o tipo de sujeito pode ser identificado/construído no discurso da encíclica? Após as análises, obteve-se as respostas de cada uma dessas perguntas.

Primeiro, ressalta-se que a sua finalidade foi aconselhar e ao mesmo tempo ensinar, pautando-se nas declarações de São Francisco de Assis, dentro da vivência do Evangelho, acerca do amor para com o outro não importando o grau de proximidade com essa outra pessoa. Quando se ama o outro, somos encaminhados a sermos fraternos. Esse era o maior objetivo da encíclica em um ano pandêmico, como fora 2020. Aconselhar e ensinar para unir, ajudar, sermos empáticos, fraternos uns com os outros, pois tudo isso se resulta em amar o outro.

Isso responde ao porquê da eleição do nome *Fratelli Tutti*. Escrita em italiano e traduzida para o português como “Todos Irmãos”, a escolha foi resultado das inspirações obtidas pelo papa dos ensinamentos sobre o amor fraterno deixado por São Francisco de Assis.

Com relação à Formação Discursiva (FD) e à Formação Ideológica (FI) presentes na carta, é notório que a FD se constitui a partir de um discurso religioso que, juntamente com o discurso pedagógico, tende a formar sentidos que sirvam de conselhos para o sujeito mudar a sua postura e se torne bom dentro da sociedade. A formação discursiva revela como o sujeito é e como ele pode vir a ser, por meio do discurso pedagógico, se seguir tais conselhos.

A formação ideológica (FI) da encíclica, por sua vez, determina o lado obscuro do ser sujeito, mas que sendo ensinado, isto é, ao ter seu interior trabalhado, se deixando ser interpelado pela bondade, o sujeito possivelmente melhorará, não de forma completa, a sua postura diante das dificuldades surgidas no meio social.

Por fim, para responder acerca do tipo de sujeito que pode ser identificado/construído no discurso da encíclica, partiu-se da análise do *corpus*, haja vista compreender-se que a carta descreve um sujeito com pontos negativos (individualista, orgulhoso, preconceituoso, mesquinho), um sujeito discursivo superior e outras descrições interpretadas. Tais pontos são justificados pela posição ou ação em que o sujeito realiza. O que se identifica com as descrições acaba se contra-identificando como intuito maior da encíclica.

Esse intuito está detalhado quando, logo após as descrições negativas, a carta traz colocações que podem alterar essas características do sujeito. A maior parte é que ele compreenda que precisa se identificar com os ensinamentos escritos ao longo da encíclica, pois eles o farão um sujeito melhor. Esse é o maior intuito da encíclica, assujeitar sujeitos para serem bons seguindo o que é posto no Evangelho bem como no que diz respeito aos dogmas pregado pela Igreja Católica Apostólica Romana. Contudo, para que isso aconteça, os indivíduos devem ser interpelados pela ideologia intencional da carta, identificados para serem “bons sujeitos”.

Diante disso, conclui que o sujeito no discurso da encíclica *Fratelli Tutti* (2020) está presente o sujeito que pratica em sua vida pontos negativos dentro dos aspectos religiosos, em que se contra-identifica com os preceitos religiosos católicos, sendo um “mau sujeito”. No entanto, através dos ensinamentos da carta, esse sujeito poderá vir a se identificar e se tornar um “bom sujeito”, que seja fraterno, amoroso, empático, digno de seguir os preceitos de Deus e da religião católica. É isso que a encíclica preza, por sujeitos que, mesmo se contra-identificando “mau sujeito”, ainda queiram mudar e se identificar com as doutrinas que o manuscrito católico aborda passando, assim, a ser um “bom sujeito”.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, F. **Quais os documentos o papa usa e qual a diferença entre eles?** (2018). Disponível em: <https://cleofas.com.br/quais-os-documentos-que-o-papa-usa-e-qual-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso em: 2 out. 2021.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Barcarena: Presença, 1970.
- ACHARD, PIERRE *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Tradução: Marlene Teixeira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BARROS, T. H. B. **A análise discurso de Michel Pêcheux e a organização do conhecimento: possibilidades teórico-metodológicas**. Disponível em: <[\(PDF\) Análise Discurso de Michel Pêcheux e a Organização do conhecimento: possibilidades teórico-metodológicas \(researchgate.net\)](#)>. Acesso em: 04 jan. 2023.
- BOFF, L. e BOFF, C. **Como fazer Teologia da Libertação**. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRASIL, L. L. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: Desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem – Estudos e Pesquisa**, Goiás, v. 15, n. 1, p. 171-182, 2011.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, out-dez. 2006.
- CARMO, A. N.; MELO, M. A.; MELIAN, V. T. R. Discurso e acontecimento: a produção de efeitos de sentido a partir dos dizeres do Papa Francisco. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 11, p. 1-16, e02206, 2022.
- CONFERÊNCIA EM APRESENTAÇÃO DA CARTA ENCÍCLICA *LUMEN FIDEI*. Disponível em: [Conferência à Imprensa da Carta Encíclica Lumen fidei do Papa Francisco, 5 de julho de 2013 \(vatican.va\)](#). Acesso em: 02 nov. 2022.
- DEMMER, K. **Introdução à teologia moral**. Tradução de Pier Luigi Cabra. 2º ed. Editora Loyola, São Paulo, 2007.
- DUSILEK, S. R. G. Traços pagãos no discurso da Teologia da Prosperidade. **Revista Pistis e Práxis: Teologia e Pastoral**. Curitiba, v. 10, n. 1, p. 199-220, jan./abr. 2018.
- FASSINI, D. F. **São Francisco de Assis: chamado e resposta**. Província São Francisco de Assis, Porto Alegre – RS, 2016.
- FRANCISCO. *Fratelli Tutti*: sobre a fraternidade e a amizade social. Documentos do Magistério. Paulus: São Paulo, 2020.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Tradução: Paulo César de Souza. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.
- GREGOLIN, M. R. V. Análise do discurso: conceitos e aplicações. **ALFA: Revista de Linguística**. São Paulo, p. 13-21. 1995.
- MARIANI, B. S. C. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: A Revolução de 30. *In*: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. (org.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

MARQUES, W. Metodologia de pesquisa em análise do discurso face aos novos suportes midiáticos. **Revista eletrônica de linguística - domínios de linguagem**, Uberlândia, MG, v. 5, n. 1, p. 58-73, 2011.

NASCIMENTO, A. K.; FERREIRA, N. C.; COUTO, E. L. O discurso religioso cristão: uma análise dos efeitos de sentidos construídos pela vertente católica. **Revista Intertemas**, Presidente Prudente – SP, v. 9, n. 9, 2013.

NASCIMENTO, J. V. **O Discurso Religioso Católico**: um estudo linguístico do rito matrimonial. São Paulo: EDUC, 1993.

ORLANDI, E. P. (org.). **Palavra, fé, poder**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 21-40, jan./ jun. 2002.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

RASSI, A. P. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Revista História**, Goiânia, v. 1, n.1, p. 43 – 63, jan./ jun. 2012.

SILVEIRA, G. dos S. **Política e religião**: a encíclica laudato si’ sob a análise do discurso. (2018). Disponível em:

<<http://bdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/bitstream/prefix/266/1/TCC%20-%20Glauco%20dos%20Santos%20Silveira.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

TFOUNI, F. E. V. O bastamento ideológico e o processo de identificação-assujeitamento. **Revista eletrônica interfaces**, Guarapuava, PR, v. 10, n. 3, p. 193-204, 2019.

_____. O significante-mestre e a identificação no discurso midiático. **Entremeios**: Revista de estudos do discurso, Pouso Alegre, MG, v. 21, p. 121-133, jan./jun. 2020.

TFOUNI, F. E. V. e PEREIRA, A. C. Entre o acontecimento e a memória: discursos sobre o papa Francisco em capas da revista de grande circulação. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, p. 11-33, jan./abr. 2016.

TFOUNI, F. E. V. e TFOUNI, L. V. **A mídia e a fabricação do “BOM” sujeito**. Todas as letras, São Paulo, V. 16, n.1, p. 116-124, 2014.